



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE - Ano: XIV - nº 121/- 2020- ISSN: 2177-8574

PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano: XIV -nº 121/- 2020- São Paulo.
SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, nº 121/Maio - 2020.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Prof. Dr. Francisco Lopes Araújo

Profa. Dra Paula Lerner Marques

Profa. Dr. Luiz Paulo Barbosa

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Ms. Maria Antônia Cebalhos

Prof. Dr. Luiz Antonio Miranda

Prof. Doutorando José Augusto Albino Ângelo

Prof. Dr. Edival Dan

Prof. Mestrando Paulo Candido Damasceno

Profa. Doutoranda Yara Figueiredo Dan

Profa. Mestranda Jacqueline da Silva

Profa. Ms. Maria Alice dos Passos

Prof. Doutorando Eduardo Laertte Campos

Prof. Doutorando Everaldo Gaião e Silva

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ms. André Luís



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LIDERANÇA PEDAGÓGICA E SEU PAPEL NA MELHORIA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA..... | 5 |
| PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DOS LIXÕES..... | 29 |
| IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EDUCACIONAL..... | 56 |
| ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA: SUA IMPORTÂNCIA NO PLANO DE NEGÓCIOS EMPREENDEDOR PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA | 72 |
| LIDERANÇA EDUCACIONAL E SEU PAPEL NA MELHORIA: UMA REVISÃO ATUAL DE SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES..... | 91 |

LIDERANÇA PEDAGÓGICA E SEU PAPEL NA MELHORIA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Maria Antônia Cebalhos¹

RESUMO

As demandas educacionais do século XXI tornam necessário repensar os modelos tradicionais de gestão e liderança nas escolas e comprometer-se com uma abordagem focada na liderança pedagógica e distribuída, no desenvolvimento participativo da escola e no crescimento profissional dos professores. A liderança pedagógica abrange esses aspectos e é descrita na pesquisa educacional como o modelo mais eficaz para alcançar melhorias sustentadas na escola. A liderança de professores é um elemento essencial desse modelo e também se tornou recentemente reconhecida como uma característica fundamental de uma escola de sucesso. É feita uma abordagem teórico-conceitual da liderança pedagógica e da liderança dos professores, referindo-se às estruturas em que elas podem ser desenvolvidas e ao seu papel na melhoria da escola. Conclui-se que o corpo docente, seu potencial de liderança e liderança pedagógica compõem uma nova noção integral de escola que tem o máximo de servir o aluno e sua aprendizagem, desenvolvimento humano e desenvolvimento profissional. Para a transformação da educação e o desenvolvimento da escola, é essencial que professores e diretores sejam adequadamente treinados e capacitados, e que tomem consciência de seu papel de liderança nesses processos.

Palavras-chave: Liderança Pedagógica. Aprimoramento Escolar. Desenvolvimento Escolar. Mudança Educacional.

ABSTRACT

The educational demands of the 21st century make it necessary to rethink the traditional models of management and leadership in schools and to commit to an approach focused on pedagogical and distributed leadership, on the participatory development of the school and on the professional growth of teachers. Pedagogical leadership covers these aspects and is described in educational research as the most effective model for achieving sustained improvements at school. Teacher leadership is an essential element of this model and has also recently become recognized as a key feature of a successful school. A theoretical-conceptual approach to pedagogical leadership and teacher leadership is made, referring to the structures in which they can be developed and their role in improving the school. It is concluded that the teaching staff, its leadership potential and pedagogical leadership make up a new integral notion

Licenciada em Pedagogia/Letras/Mestrado em Educação/UNESP.

of school that has the maximum to serve the student and his learning, human development and professional development. For the transformation of education and the development of the school, it is essential that teachers and principals are properly trained and qualified, and that they become aware of their leadership role in these processes.

Keywords: Pedagogical Leadership. School Improvement. School Development. Educational Change.

1. INTRODUÇÃO

Educação e transformação são termos onipresentes nos discursos das sociedades emergentes; inovação e reflexão, palavras-chave na dinâmica das sociedades modernas. Eles estão expostos a constantes mudanças, o que traz consigo o desafio de otimizar permanentemente estados, processos e serviços. As competências intelectuais, sociais e emocionais dos indivíduos são essenciais para conseguir isso e se adaptar ao ritmo acelerado das demandas existentes hoje. Eles são, em essência, o pilar do sucesso ou fracasso de uma sociedade. Assim, atender à demanda educacional de maneira satisfatória e, com ela, o desenvolvimento contínuo do setor educacional e da escola são questões centrais em todos os discursos e práticas de desenvolvimento. É sabido que o sucesso educacional de uma sociedade se traduz em igualdade de oportunidades, que caminhos traçamos para esse sucesso e desenvolvimento contínuo da educação?

A sociedade do conhecimento relegou paradigmas tradicionais, rotineiros e determinísticos de aprendizagem, e hoje em dia as competências reflexivas, analíticas e interpretativas são demandadas, baseadas em raciocínio crítico-constructivo e geram e aproveitam espaços para inovação e otimização, além de maneiras locais de trabalho cooperativos e participativos. O desenvolvimento sustentado parte e requer a modernização e transformação das estruturas e formas de trabalho no setor educacional, de acordo com as demandas da sociedade que o abriga, sustenta e gera. Este é o grande desafio para a educação e a política nas sociedades emergentes. O mundo de hoje é, indiferente

à tradição e à reputação passada. Ele não perdoa fraquezas e ignora costumes ou práticas. O sucesso será para pessoas e países que se adaptam rapidamente, moderam suas queixas e estão abertos a mudanças. "A tarefa dos governos será garantir que os países enfrentem esse desafio" (BARBER e MOURSHED, 2008, p. 6).

Pesquisas sobre efetividade educacional mostram que a qualidade do ensino é o fator de maior impacto na aprendizagem. A formação e o desenvolvimento profissional do corpo docente praticante tornam-se, assim, componentes-chave no projeto, desenvolvimento e melhoria da qualidade da escola. Por outro lado, a experiência de sistemas educacionais bem-sucedidos coloca a liderança escolar como o segundo fator que influencia a aprendizagem. Tais sistemas apresentam uma cultura de liderança organizacional e uma administração escolar focada e comprometida com a aprendizagem e o aluno, com o objetivo final de objetivos pedagógicos. Evidências empíricas mostraram que a liderança da escola com essas características tem efeitos positivos na aprendizagem, na qualidade do ensino e no clima organizacional na comunidade educacional (BARBER & MOURSHED, 2008; BOLÍVAR, 2010; HORN E MARFÁN, 2010; LEITHWOOD E JANTZI, 2008; MARZANO, MCNULTY & WATERS, 2005; PONT, NUSCHE E MOORMAN, 2008).

Barber e Mourshed (2008) indicam que a liderança pedagógica é ainda mais crucial quando se trata de implementar mudanças e transformar sistemas. Nesse sentido, a formação e o desempenho dos professores, bem como a liderança escolar, são pontos essenciais da agenda educacional dos países em desenvolvimento, que têm diante deles o grande desafio de elevar, rápida e significativamente, seus níveis educacionais. As evidências disponíveis hoje deixam claro que, sem professores adequadamente treinados e de alto desempenho, e sem líderes pedagógicos na gestão das escolas, com a autonomia

necessária para poder decidir e implementar medidas na escola, é bom. A escola e o desenvolvimento da escola têm poucas chances de serem realizados.

De acordo com os atuais paradigmas de desenvolvimento e gestão organizacional, que promovem formas de trabalho cooperativas e participativas e dão origem à inovação e otimização de recursos, estados e processos, a escola evoluiu para um ponto em que seu desenvolvimento não pode ocorrer. mais centralmente, projetado por organizações de alto escalão no aparato estatal. Isso deve começar pela própria escola, pelas habilidades, pelo capital humano e pelo potencial de mudança interna que ela pode gerar.

A ideia principal dessa nova concepção de escola é promover seu desenvolvimento como organização autônoma e capacitada, que aprende e inova com recursos próprios e é gerida de forma democrática e participativa. Fend (1986, citado em ROLFF, 2012a) fala nesse sentido de uma mudança de paradigma em relação ao que agora é entendido como desenvolvimento escolar, resultante da transição de uma perspectiva centralista de planejamento escolar para a descoberta da escola como unidade de design e criação. Nesse novo paradigma, cada instituição educacional se torna o principal mecanismo de desenvolvimento e a instância em que o sucesso ou o fracasso do sistema educacional é determinado.

Portanto, neste estudo trata de compreender a importância da liderança pedagógica, reconhecida pela pesquisa empírica como a mais eficaz em termos de desempenho escolar e sistemas educacionais, pois é uma expressão dos novos paradigmas da educação e da escola. Encontramos nele um perfil de liderança mais rico, uma liderança genuína para a aprendizagem, que através do ensino de liderança e comunidades de aprendizagem profissional se estende e distribui além da liderança da escola (BOLÍVAR, 2010). Neste artigo, trabalharemos uma abordagem teórica dos conceitos de liderança pedagógica e liderança de professores, referindo-se aos quadros em que eles podem ser desenvolvidos e ao seu papel na melhoria da escola e do sistema educacional.

2. LIDERANÇA PEDAGÓGICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

O interesse pelo tema liderança, habilidades e eficácia gerencial nas escolas surge no âmbito da pesquisa sobre liderança em geral e sobre a eficácia escolar, mas cristaliza e aprofunda um trabalho mais autônomo, apenas no final do século passado. Tanto na pesquisa sobre liderança em geral quanto em pesquisas especificamente relacionadas à liderança educacional, a eficácia dos estilos participativos, baseada em princípios sistêmicos e interação dinâmica, foi comprovada. Elas diferem claramente das formas tradicionais de gestão institucional, nas quais tanto fora como dentro da escola existem estruturas hierárquicas rígidas, dissociadas em diferentes níveis e focadas em questões de natureza normativa e administrativa. A gestão organizacional tradicional envolve nas escolas:

- ✓ Práticas rotineiras de ensino. O foco regulatório relega questões pedagógicas, inovação e desenvolvimento de práticas de ensino para segundo plano. Encontramos, induzidos pelo sistema, professores mais preocupados em cumprir o currículo e avançar no que está planejado para a turma do que no aprendizado real do aluno que está ocorrendo. Isso se reflete, por exemplo, em grandes porções de aula ditadas frontalmente pelo professor e em poucas fases de participação ativa dos alunos, o que negligencia a promoção de habilidades analíticas e reflexivas.
- ✓ Pouca permeabilidade e troca entre as diferentes áreas funcionais da escola, que mantêm, por exemplo, os professores afastados das tarefas de liderança e os gerentes do trabalho pedagógico nas salas de aula, atolados em questões burocráticas e administrativas. Nesse cenário, é comum encontrar diretores que não apoiam o trabalho pedagógico dos professores, nem se engajam na aprendizagem nas salas de aula, nem no dia-a-dia dos alunos e professores, o que gera um clima de trabalho frio e pouca compreensão e compreensão mútua. Esses diretores podem passar

- dias ou semanas em seu escritório na frente do computador, revisando documentos e interagindo com a equipe administrativa, sem perambular pelos corredores da escola no recreio,
- ✓ Um clima de subordinação e práticas de diretrizes autoritárias, que privam professores, alunos e outros membros da comunidade educacional do poder de decisão e da participação ativa na administração da escola. Isso se reflete, por exemplo, em uma modificação do currículo sem consulta prévia e / ou participação ativa dos professores no processo ou na predominância de instrumentos de gestão de natureza normativa (por exemplo, regulamentos de trabalho, tabelas de remuneração, etc.) sobre aqueles pedagogicamente funcionais (por exemplo, padrões de uma boa escola, boas práticas de ensino ou boas diretrizes, ferramentas de diagnóstico, pesquisas com professores ou pais, formatos para fornecer relatórios construtivos e comentários sobre desempenho, padrões de boas práticas de comunicação na escola, etc.). O clima de subordinação afeta negativamente a motivação, a satisfação pessoal e o nível de comprometimento dos membros da comunidade educacional em relação à escola e seus propósitos.
 - ✓ Corpo docente com pouco incentivo e pouca possibilidade de desenvolvimento profissional e pessoal, devido à falta de oficinas de capacitação (oferecidas pela própria escola), de liderança de professores, realizadas, por exemplo, na realização de reuniões semanais de professores que Eles formam uma comunidade de aprendizado e trocam experiências sobre questões pedagógicas ou acompanhamento e relatórios regulares sobre desempenho pedagógico fornecidos pelo diretor ou outros professores com mais experiência. Como vimos, o corpo docente e seu desempenho pedagógico são o primeiro fator a influenciar a aprendizagem dos alunos; portanto, esse ponto tem um impacto negativo significativo na prática educacional da escola e em seus resultados.

- ✓ Falta cultura de avaliação e melhoria contínua, refletida na ausência de análises diagnósticas periódicas em vários aspectos da vida escolar e na implementação de projetos de melhoria baseados em eles. Como a escola "A", por exemplo, não avalia como seus professores estão se sentindo, ela não percebe ou simplesmente desconsidera o fato de que a maioria deles não vê seu esforço reconhecido e não estabelece uma prática regular na qual o diretor visite algumas aulas e encontre-se regularmente com elas para parabenizar suas realizações e / ou fornecer apoio pedagógico em áreas que ainda precisam ser aprimoradas. A falta de uma cultura de avaliação e implementação de projetos de melhoria que tenham um impacto positivo na aprendizagem dos alunos, como o descrito acima, é um freio importante no desenvolvimento da escola e na otimização dos resultados da aprendizagem.

Ao contrário das práticas e situações expostas, a liderança escolar hoje tende a se concentrar na melhoria pedagógica e na melhoria contínua e a ser conceituada como um fenômeno organizacional no qual são usadas estruturas horizontais e princípios de distribuição entre os diversos atores e papéis para enfrentar dilemas e desafios de crescente complexidade conforme Ogawa e Bossert (1995) e Manz e Sims (1993, citado em Leithwood & Mascall, 2008). As tendências do discurso atual sobre desenvolvimento escolar derivam principalmente dos modelos de liderança transformacional e liderança distribuída, cujas principais características são determinadas por estudo como Del Valle (2010), Longo (2008) e Seitz & Capaul (2007):

Liderança distribuída, baseada em princípios éticos e morais e em uma visão organizacional comum.

- ✓ Empoderamento dos membros da organização através da demanda e promoção individual de intelectos e talentos, bem como a promoção de redes sociais e comunidades de trabalho;
- ✓ Uma cultura de aprendizado e inovação;

- ✓ Um alto grau de comprometimento de todos os membros com seus próprios processos de melhoria, desenvolvimento e transformação e com objetivos organizacionais comuns.

Para Longo (2008), a capacidade dos gestores de transferir, compartilhar e desenvolver liderança é essencial para a mudança e a inovação. Seitz e Capaul (2007) definem liderança escolar como um processo de interação entre líderes e colaboradores que ocorre em diferentes níveis de ação e não se restringe apenas a uma posição formal de liderança. O relacionamento entre o líder e sua equipe é baseado em influência mútua; deve emergir da vontade de ambas as partes e aspirar a alcançar mudanças significativas. Cada particularidade situacional (que inclui, por exemplo, características da instituição, a tarefa, a situação e / ou as pessoas envolvidas) requer diferentes dinâmicas de relacionamento e, conseqüentemente, diferentes habilidades gerenciais. A competência gerencial pode então ser definida como a capacidade do líder ou gerente de agir efetivamente considerando cada particularidade situacional na qual suas ações são enquadradas. Nesse sentido, a liderança efetiva no contexto escolar revela-se um fenômeno complexo que não pode ser gerenciado com critérios uniformes ou padronizados, mas localizado sob certas coordenadas e princípios de ação.

Assim, é difícil encontrar nas contribuições da pesquisa definições de liderança escolar e termos uniformes referentes ao conceito de liderança pedagógica. Em relação à liderança escolar eficaz, às vezes é chamada simplesmente de "liderança escolar", mas também é seguida por "liderança pedagógica", ou os termos comuns que se referem a: "*liderança educacional*, *liderança centrada na aprendizagem*" e "*liderança instrucional*" (liderança instrucional). Por sua vez, muitas vezes no discurso acadêmico o termo "liderança pedagógica" refere-se ao fato de assumir e exercer posições de liderança no mundo educacional, sem que isso esteja implícita ou explicitamente relacionado a um modelo que aborda o conceito de liderança pedagógica como o modelo de liderança escolar e gestão educacional, cuja eficácia foi testada

repetidamente com apoio empírico em pesquisas sobre a liderança educacional, eficácia e liderança escolar. É, portanto, mais do que um modelo de gestão escolar, entre muitos outros, o modelo para o qual, de acordo com as evidências disponíveis hoje, os esforços devem ser direcionados ao design, gerenciamento e desenvolvimento de escolas e sistemas educacionais.

Hubert (2013) indica em sua contribuição "teses de boa liderança escolar" que bons diretores estão comprometidos com valores pedagógicos. São bons pedagogos, acreditam e confiam em sua equipe e, como especialistas e promotores do trabalho em equipe, são um exemplo de ação cooperativa, não apenas no que diz respeito ao tratamento de alunos e professores entre si, mas como o máximo pedagógico da gestão escolar. e no dia a dia na escola. Nessas estruturas, a administração da escola é considerada um mero instrumento para alcançar objetivos pedagógicos genuínos. No contexto escolar, o objetivo de qualquer medida é promover a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e, para que isso funcione, ele destaca, as ações se concentram no desenvolvimento do pessoal e nas sessões de aprendizado, como parte do desenvolvimento profissional do aluno. Conselho de professores.

Bolívar (2010) entende a liderança pedagógica como a capacidade de exercer influência sobre outras pessoas e mobilizar a organização por meio dela em direção ao objetivo comum de melhorar o aprendizado dos alunos. A influência exercida não se baseia em poder ou autoridade formal. Além disso, ele explica que "uma liderança para a aprendizagem tem como núcleo a qualidade do ensino oferecido e os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos" (BOLÍVAR, 2010, p. 14). Nessas linhas de ação, é essencial que a equipe gerencial crie espaços e ambientes que facilitem e apoiem a aprendizagem organizacional e a dos professores (BOLÍVAR, 2010), o que acabará impactando melhores possibilidades de aprendizagem para os alunos.

Um aspecto central da liderança pedagógica, portanto, é criar condições que promovam o aprendizado e a melhoria da escola. Aqui, o diretor cumpre um

papel catalítico (Bolívar, 2010) e não absoluto. Na liderança pedagógica, o sucesso e a liderança são genuinamente compartilhados e assumidos em conjunto. Liderança deve ser entendida como "uma função que pode ser exercida por qualquer membro, e não como um conjunto de responsabilidades reservadas a um indivíduo" (BOLÍVAR, 1997, p. 38). Devem ser encontradas formas de facilitar o consenso sem implicar impedimento ao pensamento crítico, e atenção e esforços devem ser focados nos papéis e redes que surgem na escola, para que a equipe esteja envolvida na dinâmica de trabalho típico de uma cultura sustentada de aprendizado e desenvolvimento.

Horn e Marfán (2010) destacam como aspectos centrais da liderança pedagógica a responsabilidade compartilhada, o comprometimento pessoal dos envolvidos com os objetivos conjuntos e as mudanças desejadas e o papel do gerente na promoção de tais atitudes. Para esses autores como: Horn & Marfán, (2010, p. 83),

[...] a liderança consistiria na capacidade de propor princípios para que sejam tomados pelos outros como seus próprios objetivos, criando assim um senso compartilhado que mobiliza a organização em favor deles. princípios comuns (HORN & MARFÁN, 2010, p. 83).

Assim, "a liderança educacional consegue convocar a comunidade escolar em um projeto comum de melhoria, o que implica que todos os atores endossam o objetivo que os alunos aprendem,

Dubs (1994) afirmou que a liderança pedagógica não se baseia em controle ou supervisão, mas está a serviço do desenvolvimento de professores e escolas. Segundo esse autor, a liderança pedagógica deve ser vista como um processo integral intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da escola, no qual é gerado um denominador comum para o desenvolvimento pessoal, as necessidades dos professores e os objetivos e visões da escola. Para Brägger e Posse (2007), uma das principais tarefas da liderança eficaz da escola é incentivar os professores a desenvolver suas capacidades.

Bons diretores também conseguem criar, reconhecendo o bom desempenho, um clima de otimismo pedagógico, vontade conjunta de agir e confiança absoluta no sucesso. Eles estão interessados em cada pessoa que trabalha e aprende em seu centro educacional, sejam eles estudantes, professores ou outro pessoal (BRÄGGER & POSSE, 2007).

Rolff (2012b) também enfatiza a estreita relação entre liderança pedagógica e desenvolvimento escolar, e a ideia de que essa liderança não se baseia em imposição ou mandato, mas em exemplo e no poder de persuasão. O desenvolvimento escolar e a escola, como sistema social orgânico, exigem uma noção pedagógica de liderança e não técnico-funcional. Para Rolf (2012b.), um dos principais objetivos educacionais é criar uma escola que aprenda, ou seja, uma escola que se desenvolva. Os diretores, sendo instâncias responsáveis pela promoção, concepção e facilitação dos objetivos estabelecidos, desempenham, sem dúvida, um papel essencial no sistema educacional e no desenvolvimento da escola. Sem líderes pedagógicos competentes encarregados da gestão das escolas, processos de mudança têm zero chances de implementação bem-sucedida.

Segundo Murillo (2006), desde o início, foi considerado um modelo de liderança nas pesquisas sobre liderança educacional, priorizando a efetividade, diagnosticando problemas educacionais, visando o professor, promovendo a supervisão, avaliação e desenvolvimento do pessoal e o desenvolvimento do currículo é atendido. Nos anos 80, o termo "liderança instrucional" seria cunhado, o que teve um forte impacto na liderança da escola e marcou a mudança da abordagem burocrática tradicional da administração da escola para a liderança focada no ensino e na aprendizagem. Nesta nova proposta de liderança, destacam-se a criação de um clima favorável ao aprendizado, o apoio, a promoção e o desenvolvimento profissional dos professores, a promoção do trabalho em equipe e a participação da comunidade escolar.

Uma segunda evolução importante da pesquisa em gestão escolar ocorreria mudando o foco do que é considerado ou deveria ser considerado uma boa escola e boas práticas de liderança para, antes, as condições e linhas de ação sob as quais transformar e melhorar a escola (MURILLO, 2006). Nesse sentido, as dimensões da liderança transformacional influenciam a noção e a prática da liderança pedagógica, perfilando e enriquecendo.

Nos últimos tempos, segundo Murilo (2006, p. 19), a liderança distribuída tornou-se "uma nova estrutura conceitual para analisar e confrontar a liderança da escola". Esse modelo se concentra na responsabilidade e liderança compartilhadas, bem como no comprometimento e participação de todos os membros nas ações realizadas para alcançar os objetivos estabelecidos. O modelo de liderança distribuída supõe, além de uma simples remodelação de tarefas, "uma mudança na cultura, que implica o comprometimento e o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar na administração, operação e gestão da escola. "O gestor cria um clima de trabalho aberto e participativo, de cooperação, confiança e respeito mútuo. Assim, a liderança se torna um fenômeno coletivo " (p. 19).

O papel dos gestores é redefinido em torno dessas novas estruturas, deixando meramente funções administrativas em segundo plano, para dar destaque a um agente visionário, de mudança e de incentivo, que sabe como aproveitar e desenvolver o potencial de seu pessoal, atendendo a objetivos comuns. Dessa forma, "todo mundo aprende, desenvolve pessoal e profissionalmente. [...] A principal prioridade são as pessoas, não os papéis ou tarefas", e a escola se torna "uma verdadeira organização de aprendizado" (MURILLO, 2006, p. 21).

Leithwood e Riehl (2009, p. 20) definem liderança pedagógica como "o trabalho de mobilizar e influenciar outras pessoas a articular e alcançar as intenções e objetivos compartilhados da escola". Esses autores também se referem ao desenvolvimento intelectual e acompanhamento individual como

dimensões essenciais da liderança pedagógica (ibid.). Os líderes pedagógicos "apoiam suas equipes demonstrando respeito e consideração por seus sentimentos e necessidades pessoais" (LEITHWOOD & RIEHL, 2009, p. 27). A evidência empírica conseguiu demonstrar que isso influencia positivamente o entusiasmo, otimismo e comprometimento dos membros da comunidade educacional, cristalizando-se em melhores desempenhos. Anderson (2002, citado em Leithwood & Riehl, 2009), fala no desenvolvimento das pessoas.

Assim, com base na bibliografia revisada sobre liderança educacional, definimos liderança pedagógica como uma gestão e condução de instituições de ensino e / ou processos pedagógicos, cujo eixo de ação fundamental é alcançar e garantir a qualidade da aprendizagem e o bem-estar de todos os alunos. Baseia-se em uma cultura ética e participativa de inovação e melhoria contínua e está comprometida com o desenvolvimento e o bem-estar de todas as pessoas. Suas linhas de ação e características essenciais são:

- ✓ Liderança e responsabilidade compartilhada;
- ✓ Liderança concebida como um processo dinâmico e complexo, no qual uma influência positiva é exercida sobre capacidades, motivações, padrões de pensamento, talentos e atitudes, não com base em autoridade ou posições formais de poder, mas no exemplo e no poder de persuasão;
- ✓ Aprendizagem bem sucedida e desenvolvimento positivo dos alunos como o objetivo final;
- ✓ Vontade de ação conjunta e comprometimento com os objetivos e visões da instituição educacional;
- ✓ Cultura organizacional de aprendizado, desenvolvimento e aprimoramento.
- ✓ Acompanhamento personalizado, suporte, desenvolvimento, demanda e promoção de professores;
- ✓ Empoderamento dos membros da comunidade educacional;
- ✓ Cultura de trabalho cooperativa e participativa, baseada em valores éticos e pedagógicos;

- ✓ Clima de trabalho aberto e tolerante, com otimismo, respeito, apoio e confiança mútua;
- ✓ Tratamento adequado de variáveis emocionais e motivacionais na dinâmica do trabalho;
- ✓ As pessoas e seu desenvolvimento são sempre o centro de toda ação;
- ✓ Questões administrativas e dimensões estruturais estão subordinadas a objetivos pedagógicos e máximas educacionais.

A capacidade de liderança pedagógica consiste em alcançar, sob essas linhas de ação, que a aprendizagem escolar e a escola como instituição sejam permanentemente otimizadas. Sendo, neste modelo de liderança, o objetivo de todas as medidas de aprendizado bem-sucedido e desenvolvimento ideal dos alunos e das pessoas, e não as tarefas, regras ou papéis, o eixo de cada ação, as seguintes palavras de um diretor de escola bem-sucedido segundo Barber & Mourshed (2008) na fala de Boston é uma boa expressão de sua essência:

[...] Ser professor é ajudar as crianças a aprender. Ser diretor é ajudar os adultos a aprender. É por isso que é difícil ... Eu ando pelos corredores, ando pelos corredores e caminho pelos corredores ... Somente Verifico meu e-mail quando todos já saíram (BARBER & MOURSHED, 2008, p. 34).

A capacidade interna de melhoria da escola depende, em grande parte, de gestores competentes que possam construí-la e promovê-la, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Assim, a autonomia da escola é essencial para o exercício da liderança pedagógica, inovação e desenvolvimento escolar. Os gestores devem ter a autonomia necessária para decidir sobre as linhas de ação e medidas que terão impacto direto em sua instituição e para avaliar e monitorar o que foi implementado.

Uma escola autônoma, participativa e democrática que aprende e se desenvolve é o eixo em torno do qual a liderança pedagógica gira e que apoia a noção atual de uma escola de sucesso. Como afirmamos, no contexto educacional moderno, a escola é a força motriz para o desenvolvimento e a qualidade do

sistema educacional e, com ela, o exemplo em que é decidido, dia após dia, seu sucesso ou fracasso. Nesse sentido, é essencial que a inovação e a melhoria da qualidade educacional sejam fortalecidas e recebidas as ferramentas necessárias para que possa desenvolver sua capacidade de liderança interna. Somente dessa maneira você pode tirar o máximo proveito da autonomia de gerenciamento que é dada a você, e os esforços de todos os atores do setor e membros da comunidade educacional podem ser canalizados para o aprendizado bem-sucedido dos alunos. Isso nos leva a concluir que, sem uma liderança distribuída e participativa por parte da política educacional, e sem o correspondente empoderamento de cada comunidade escolar, nem a escola autônoma, nem a liderança pedagógica, nem o desenvolvimento da escola e da educação são possíveis. A melhoria da escola só pode começar com a melhoria e o desenvolvimento das capacidades das pessoas que a compõem. nem é possível o desenvolvimento da escola e da educação. A melhoria da escola só pode começar com a melhoria e o desenvolvimento das capacidades das pessoas que a compõem. nem é possível o desenvolvimento da escola e da educação. A melhoria da escola só pode começar com a melhoria e o desenvolvimento das capacidades das pessoas que a compõem.

2.1. Liderança de professores no âmbito da liderança pedagógica e desenvolvimento escolar.

Conforme afirmado por Barber & Mourshed (2008, p. 15), "a qualidade de um sistema educacional é baseada na qualidade de seus professores". O paradigma educacional moderno exige, tanto professores quanto estudantes e instituições de ensino, que vivam e promovam uma cultura de aprendizado e aperfeiçoamento, que possuam a competência reflexiva necessária para fazê-lo, que estar aberto à inovação e ter motivação intrínseca, bem como atitudes positivas em relação ao desenvolvimento individual e coletivo. Se a liderança da escola deve ser exercida de maneira participativa, se os professores são atores centrais do sistema educacional e se visa a melhorá-lo, eles precisam se tornar

agentes ativos de mudança e assumir e promover, juntamente com gerentes, liderança pedagógica.

O papel de liderança no professor é, segundo Hutchinson (2005), fundamental na reforma educacional. Os conhecimentos, competências, atitudes e motivações dos professores tornam-se importantes âncoras e impulsionadoras do desenvolvimento escolar, sendo de extrema importância para a qualidade educacional que não sejam negligenciados ou negligenciados.

O desenvolvimento profissional é a base para melhorar a prática educacional e é essencial para o crescimento, a experiência e o desenvolvimento das habilidades dos professores (HELTERBRAN, 2010). A implementação de um conceito de escola orientada para a pedagogia e ambientes focados na aprendizagem requer que professores e diretores tenham um alto nível de profissionalismo e comprometimento (ISTANCE & DUMONT, 2010). Para Henderson e Barron (1995), a mudança efetiva da escola depende do exercício de papéis de liderança apropriados. A demanda por profissionalismo e habilidades gerenciais nos professores parte da necessidade de ter líderes altamente competentes nas escolas que se envolvem em situações de dificuldades e têm capacidade para enfrentá-las e resolvê-las de maneira sustentável e coletiva.

Nesse contexto, além da liderança pedagógica, especificamente o ensino de liderança vem ganhando cada vez mais atenção e destaque, tanto em pesquisas e discursos quanto em práticas de desenvolvimento e aprimoramento educacional das escolas. A importância do ensino de liderança reside no papel fundamental que o professor exerce na liderança pedagógica da escola, sua operação em geral e seus processos centrais: ensino e aprendizagem (YORK-BARR & DUKE, 2004). É também, em essência, uma expressão de liderança distribuída e formas cooperativas de trabalhar.

O exercício de papéis de liderança pelos professores implica que liderança, responsabilidade e visões na escola sejam compartilhadas (NAPPI,

2014; KURTZ, 2009). Por sua vez, o professor líder compartilha com os outros seus recursos, experiência e *conhecimento*, de tal maneira que os recursos individuais enriquecem e fortalecem os coletivos (NAPPI, 2014). Desta forma, o potencial de desempenho interno da escola é desenvolvido, a pedra angular do desenvolvimento educacional sustentado.

Mas o conceito de liderança de professores vai além do fato de os professores assumirem posições formais ou tarefas de liderança. Em vez disso, trata-se de o professor se tornar um representante verdadeiro e comprometido da cultura de aprendizado e aprimoramento vivida na escola e desenvolver atitudes e práticas de liderança individual, sem que necessariamente respondam a uma posição formal no organograma. a escola. Como afirma Nappi (2014), o "professor principal" não é uma posição designada, mas um papel que o indivíduo assume por si mesmo. Para Helterbran (2010), a liderança de professores não reside essencialmente nas posições mais formais, mas no professor que vê as necessidades, identifica problemas e se encarrega da solução por conta própria. Esse cenário tem poucas chances de ocorrer, desde que os professores não tenham consciência de suas próprias capacidades e funções de liderança e desde que não desenvolvam as competências e a confiança necessárias para exercer uma liderança pedagógica eficaz. É tarefa dos diretores e outros atores em posições formais de liderança promover o ensino da liderança e criar as condições necessárias para que ela surja, tornando-se seu eixo e apoio (HELTERBRAN, 2010).

Trabalhos que abordam o conceito de liderança de professores sugerem que o líder, o professor, tenha capacidade para incentivar as pessoas; que assume papéis de liderança dentro e fora da sala de aula, na escola, em benefício de alunos e outros professores, tomando decisões, promovendo a excelência, o profissionalismo, o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem e a escola em geral, e contribui para a liderança da escola de diferentes maneiras, identifica-se com as comunidades de professores líderes e aprendizes,

contribuem de maneira ativa e significativa para eles, fomentam o trabalho em equipe, são um exemplo de classe bem-sucedida e influencia outras pessoas ao promover a melhoria (YORK-BARR & DUKE, 2004; SEITZ & CAPAUL, 2007). É importante para ele o que ele faz, como ele faz e de que maneira o que ele faz influencia o aprendizado de seus alunos (KURTZ, 2009).

Day e Harris (2003, como citado em MUJIS & HARRIS, 2003) propõem quatro dimensões da liderança de professores:

- ✓ Transfira os princípios de aprimoramento escolar para a prática educacional nas salas de aula;
- ✓ Garantir liderança participativa, na qual todos os professores se sintam parte da melhoria e do desenvolvimento, trabalhando com seus colegas e orientando-os para objetivos coletivos;
- ✓ Cumprir um papel mediador, através do qual eles transferem o conhecimento, a informação e a experiência que possuem;
- ✓ Estabeleça relações estreitas entre os professores, que possibilitem o aprendizado mútuo.

A liderança pedagógica implica, em essência, ensinar liderança, os objetivos de ambos, a otimização dos processos de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento participativo da escola e o crescimento da escola como organização de aprendizagem. No quadro da liderança pedagógica, a liderança de professores é uma estratégia central para transformar a escola em uma organização de aprendizado profissional (MUJIS & HARRIS, 2003) Assim, o ensino de liderança traz contribuições essenciais para o desenvolvimento escolar e a melhoria da qualidade educacional (SEITZ & CAPAUL, 2007).

Os efeitos positivos da liderança dos professores são demonstrados, em primeiro lugar, no desenvolvimento profissional dos próprios professores. As práticas e atitudes de liderança aumentam significativamente seu desenvolvimento, expandindo sua noção de aprendizagem, ensino e escola e

conscientizando o fato de que liderança e aprendizagem estão intrinsecamente ligadas (YORK-BARR & DUKE, 2004). As evidências empíricas indicam que o ensino de liderança tem um impacto positivo na autoestima e satisfação dos professores, o que leva a aumentar sua motivação, obtendo melhores desempenhos (MUJIS & HARRIS, 2003) e, com isso, melhores resultados de aprendizagem para os professores. os estudantes.

Para que a liderança do professor ocorra, é necessário o apoio ativo dos gerentes, criando espaços de aprendizado e disponibilizando tempo e recursos (YORK-BARR & DUKE, 2004). Como afirmado, é responsabilidade dos gerentes e outros atores em posições formais de liderança criar essas condições. Eles estão na posição mais favorável para apoiar e estimular os professores, dar credibilidade, reconhecimento e apreciação, criar oportunidades de liderança e desenvolvimento distribuídos e criar espaços de intercâmbio e cooperação (HUTCHINSON, 2005; KURTZ, 2009). Mas os protagonistas do desenvolvimento do ensino de liderança na escola são, de fato, os próprios professores. Helterbran (2010) destaca que a liderança distribuída exige, tanto de diretores quanto de professores, atitudes e linhas de ação relevantes. Visão, desejo e apoio são elementos necessários para fazer emergir e promover a liderança no ensino (HELTERBRAN, 2010).

Por fim, o ensino de liderança não consiste em disponibilizar aos diretores a mão direita para o cumprimento de suas obrigações, mas traz à vida, juntamente com a liderança pedagógica, um conceito abrangente de escola na escola. para aprendizagem, desenvolvimento humano e desenvolvimento profissional, que tem formas de trabalho cooperativas e participativas no máximo. Não haverá milagres ou poções mágicas para resolver os problemas de qualquer sistema educacional, mas liderança distribuída e professores valorizados, bem treinados e comprometidos podem canalizar esforços para obter resultados importantes. Se uma mudança educacional eficaz for buscada, a política deverá ser comprometida e comprometida com esses objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do novo panorama educacional e das demandas da sociedade do século XXI, é essencial, para a melhoria da escola, repensar os modelos tradicionais de gestão e liderança e apostar em uma abordagem focada na pedagogia, na liderança distribuída e no desenvolvimento. professor. As evidências mais recentes sugerem que esta é a maneira mais eficaz de obter melhorias sustentadas na qualidade do ensino, na gestão das escolas e, com isso, na aprendizagem dos alunos e no sistema educacional em geral.

Sob essa nova abordagem, a liderança e o desenvolvimento escolar são questões de responsabilidade de toda a comunidade educacional, e os professores, como seus atores centrais, devem participar ativamente e promovê-los. Isso nos leva ao conceito de liderança de professores, que ganhou cada vez mais importância nos últimos anos e está emergindo hoje como um elemento essencial da liderança pedagógica e do sucesso da escola. Compilando contribuições da literatura sobre liderança e desenvolvimento escolar, foi realizada uma abordagem teórica do conceito de liderança pedagógica, destacando seu papel na melhoria da educação e da escola. Como resultado, sua própria definição e uma lista de características essenciais foram propostas. Também abordando o conceito de liderança de professores como um elemento fundamental da liderança pedagógica, concluímos que os professores, seu potencial de liderança e liderança pedagógica constituem uma nova noção abrangente de escola que tem como serviço máximo o aluno e seu aprendizado, desenvolvimento humano e desenvolvimento profissional.

Considera-se de importância fundamental que todo professor e diretor estejam cientes de que a liderança pedagógica tem um enorme potencial, para ter um impacto positivo no desempenho do sistema educacional, uma vez que são atores-chave no aproveitamento desse potencial. Que a liderança pedagógica e a

liderança de ensino sejam realizadas e estabelecidas na prática educacional depende, em grande parte, de decisões políticas por meio das quais os diversos atores do sistema educacional são devidamente treinados e capacitados. Mas que professores e diretores estejam cientes de seu potencial de influência e de seu papel central na mudança educacional, e de como eles podem satisfazer as demandas que trazem consigo, já é uma condição e ponto de partida importante para isso.

Por meio de oficinas, educar os vários atores da comunidade educacional sobre o conceito e a função da escola moderna e a necessidade de mudança participativa. Analise conjuntamente nessas oficinas a situação atual da escola e, com base nela, estabeleça visões e objetivos de melhoria. Estabelecer práticas diretivas de aconselhamento regular aos professores, organização de atividades escolares e implementação de projetos de melhoria com a participação de vários atores da comunidade educacional, bem como conferências de desenvolvimento escolar nas quais diagnósticos atualizados periodicamente da situação do escola, realizações são identificadas e novos objetivos e planos de ação de melhoria são estabelecidos. Formar comunidades de aprendizagem entre os professores que trabalham em questões pedagógicas em reuniões regulares, aconselhar e visitas mútuas às aulas e criar redes de confiança e apoio. Transferir a liderança para os professores, exigindo sua participação ativa na tomada de decisões, exigindo a liderança das comunidades de aprendizagem, atribuindo funções de orientação e mediação (entre alunos, entre pais e equipe de gerenciamento, entre outros professores, entre alunos e outros professores, entre os alunos e a equipe administrativa, etc.) e / ou a criação de oportunidades de especialização acadêmica, como: resolução de conflitos, prevenção de comportamentos inadequados, gestão educacional, pesquisa, desenvolvimento de currículo etc.

Da mesma forma, para pesquisas futuras, é recomendável gerar mais evidências qualitativas que ajudem a entender as situações particulares de gestão e liderança nas escolas, bem como os problemas e desafios que eles enfrentam; e

realizar estudos quantitativos sobre o impacto que as medidas implementadas estão tendo, para que possam ser modificadas ou otimizadas de acordo com as necessidades específicas de cada caso. Em vista do papel fundamental que os professores desempenham na liderança e na prática educacional, também recomendamos direcionar os esforços de pesquisa - Tanto qualitativos quanto quantitativos - ao conhecer e entender concretamente sua situação e seu trabalho nas escolas: quais de seus pontos fortes e fracos influenciam de que maneira o ensino? O que isso implicaria para as propostas de formação de professores em universidades e institutos? O que os professores pensam sobre suas atividades diárias nas escolas? O que o perturba muito ou o torna mais difícil? O que eles não têm? O que os motiva muito? Cuidar de um corpo docente competente, competitivo, satisfeito, motivado e comprometido é essencial para colocar a escola no caminho certo e desenvolver sua liderança interna e capacidade de melhoria sustentada.

REFERÊNCIAS

BARBER, M. & Mourshed, M. **Como os sistemas de ensino com melhor desempenho do mundo alcançaram seus objetivos**. Santiago do Chile: Editorial San Marino, 2008.

BOLÍVAR, A. **Liderança educacional e seu papel na melhoria**: uma revisão atual de suas possibilidades e limitações. *Perspectivas psicológicas*, 2010.

BRÄGGER, G. e Posse, N. **Instrumento para Avaliação de Qualificação e Avaliação na Escola (IQES) - Handbuch einer guten Schule**, 2007.

DEL VALLE GARCÍA, I. **Liderança distribuída, uma visão inovadora da liderança escolar**: uma perspectiva teórica. *Omnia*, 16 (3), 19-36, 2010.

DUBS, R. **Die Führung einer Schule**. Estugarda: Franz Steiner Verlag, 1994.

HELTERBRAN, V. **Liderança de professores: superando a síndrome do "eu sou apenas um professor"**. *Educação*, 131 (2), 363-371, 2010.

HENDERSON, M. & Barron, B. **Desafios de liderança para professores em sala de aula**. *Revista de Educação*, 116 (1), 62-64, 1995.

HORN, A. e Marfán, J. **Relação entre liderança educacional e desempenho escolar: revisão de pesquisas no Chile.** *Perspectivas psicológicas*, 9 (2), 82-104, 2010.

HUBER, G. **Zwölf Thesen zur guten Schulleitung.** Em G. Huber, (Ed.), *Jahrbuch Schulleitung* 2013.

HUTCHINSON, C. **O professor como líder: liderança transformacional e o professor profissional ou professor-bibliotecário.** *Bibliotecas escolares no Canadá*, 24 (1), 73-79, 2005.

ISTANCE, D. & Dumont, H. **Direções futuras para ambientes de aprendizagem no século XXI.** Em H. Dumond, D. Istance e F. Benavides, (Eds.), *The Nature of Learning. Usando a pesquisa para inspirar a prática* (pp. 317- 336). Paris: OCDE, 2010.

KATZENMEYER, M., & Moller, G. **Despertando o gigante adormecido, 2001.**

KURTZ, S. **Liderança docente.** (1), 12-14. Recuperado, 2009.

LAMBERT, L. **Criando capacidade de liderança nas escolas.** Alexandria, VA: ASCD, 1998.

LEITHWOOD., K. & Riehl, C. O que sabemos sobre liderança educacional? Em K. Leithwood (Ed.) **Como liderar nossas escolas? Contribuições da pesquisa** (pp. 17-33). Santiago do Chile: Fundação Chile, 2009.

LEITHWOOD, K. & Mascall, B. **Efeitos da Liderança Coletiva na Realização do Aluno.** *Educational Administration Quarterly*, 2008.

LONGO, F. **Liderança Distribuída, um elemento crítico para promover a inovação.** *Revista Human Capital*, 21 (226), 84-91, 2008.

MARZANO, R., McNulty, B., & Waters, T. (2005). **Liderança escolar que funciona: da pesquisa aos resultados.** Alexandria, VA: Associação para Supervisão e Desenvolvimento Curricular, 2005.

MUIJS, D. & Harris, A. **Liderança de professores - melhoria através do empoderamento?** *Educational Management*, 2003.

MURILLO, F. **Uma liderança escolar para a mudança: da liderança transformacional à liderança distribuída.** *Revista Eletrônica Ibero-americana de Qualidade, Eficácia e Mudança na Educação*, 4 (4) , 11-24, 2006.

Nappi, J. O líder dos professores: **melhorando as escolas, construindo capital social por meio de liderança compartilhada.** *Revista Delta Kappa Gamma Bulletin*, 2014.

PONT, B., Nusche, D. e Moorman, H. **Melhorar a liderança da escola**. Paris: OCDE, 2008.

ROLFF, H. Grundlagen der Schulentwicklung. Em Buhren, C./Rolff, H. (Ed.), **Handbuch Schulentwicklung und Schulentwicklungsberatung** (pp. 12-39). Weinheim e Basileia: Beltz, 2012^a.

ROLFF, H. Die Rolle der Schulleitung in Schulentwicklungsprozessen. Em C. Buhren e H. Rolff (Ed.), **Handbuch Schulentwicklung und Schulentwicklungsberatung** (pp. 203-221). Weinheim e Basileia: Beltz, 2012b.

SEITZ, H. & Capaul, R. **Schulführung und Schulentwicklung. Theoretische Grundlagen und Empfehlungen für die Praxis**. Berna, Estugarda e Viena: Haupt, 2007.

WASLEY, P. **Professores que Lideram: A Retórica da Reforma e as Realidades da Prática**. Nova York: Teachers College Press, 1991.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DOS LIXÕES

Paulo Candido Damasceno²
Edival Dan³
Jacqueline da Silva⁴
Everaldo Gaião e Silva⁵
José Augusto Albino Angelo⁶

*O maior legado de uma sociedade civilizada é o meio ambiente
e a cultura, preservadas.
Ricardo V. Barradas*

RESUMO

Com o advento da revolução industrial as pessoas foram impulsionadas a ocuparem espaços próximos do seu local de trabalho. Nesse contexto surgem as cidades. E com a grande quantidade de pessoas vivendo no meio urbano, conseqüentemente o lixo passa a ser proporcional a quantidade de indivíduos nela residentes. Logo o montante de resíduos sólidos gerados pela população tornou-se um ponto preocupante que se conecta com outros aspectos como: o ambiental, o social, e a saúde pública. Os grandes centros de zona urbana, brasileiros, se utilizam dos usos de lixões para a finalização dos resíduos sólidos urbanos, ou seja, o lixo. A grande quantidade de dejetos acumulados nas grandes cidades traz preocupações relevantes às populações que vivem nestas comunidades. Objetiva-se com o presente estudo observarmos os impactos ambientais desencadeados por essa prática comum na contemporaneidade; contextualizando o meio ambiente habitado pelo homem moderno. Busca-se explicitar os principais meios de preservação ambiental e os impactos ambientais causados pelos lixões nas áreas urbanas das grandes metrópoles. O estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica, como método de estudo baseando-se em aspectos qualitativos da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Preservação. Impactos ambientais. Lixões. Lixo.

ABSTRACT

With the advent of the industrial revolution people were driven to occupy spaces near their workplace. In this context come the cities. And with the large number of people living in the urban environment, consequently the garbage becomes

² Mestrando – UDS/PY

³ Professor – UFRRJ/BR – UDS/PY

⁴ Mestranda – UDS/PY

⁵ Professor – UFRRJ/BR – Doutorando – UDS/PY

⁶ Doutorando – UDS/PY

proportional to the number of individuals residing in it. Soon the amount of solid waste generated by the population became a point of concern that connects with other aspects such as: environmental, social, and public health. The large urban centers in Brazil use the use of dumps for the finalization of urban solid waste, that is, the garbage. The large amount of waste accumulated in large cities brings relevant concerns to the populations living in these communities. The aim of this study is to observe the environmental impacts triggered by this common practice in contemporary times; contextualizing the environment inhabited by modern man. It seeks to explain the main means of environmental preservation and the environmental impacts caused by dumps in the urban areas of large metropolises. The study used bibliographic research as a study method based on qualitative aspects of the research.

KEYWORDS: Environment. Preservation. Environmental impacts. Dumps. Trash.

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente se transforma constantemente, são mudanças consideradas naturais, tendo em vista que a natureza segue seu curso ininterruptamente e naturalmente. Não podemos exercer nenhum poder quanto ao curso natural do meio ambiente em que vivemos. A própria natureza se encarrega de ações que fogem ao controle dos seres humanos como: terremotos, explosões vulcânicas, furacões e inundações.

O homem no decorrer da história, demarcou espaços e os ocupou, para tanto, aproveitou-se dos recursos naturais, unicamente, visando a sua própria existência. A sociedade contemporânea adequou-se a um modelo de desenvolvimento que se baseia num grande padrão de produção e consumo, atrelado ao crescimento populacional e ao imenso e desorganizado processo de urbanização das grandes cidades.

Nos últimos tempos, o homem vem interferido de forma negativa na natureza, impondo seu consumismo exacerbado e alterando a maneira de interagir com o meio em que habita. Causando alterações significativas que degradam o meio ambiente e causa prejuízos à coletividade. O homem revolucionou a atual sociedade com suas tecnologias, mas, quanto à natureza se

utiliza dela para enriquecer e esgota seus recursos. Descarta no meio ambiente seu lixo; em lugares inapropriados faz pilhas de resíduos sólidos que somente acarreta problemas para ele.

Assim, a preservação do meio ambiente é um tema muito corrente na sociedade contemporânea. O homem conseguiu atingir e desenvolver a tecnologia numa margem extremamente lucrativa. Mas em relação à natureza segue desrespeitando suas leis poluindo o ambiente e gerando toneladas de lixo que tem consequências desastrosas para a humanidade.

Atualmente com a grande demanda de oferta de produtos diferenciados, e com o aumento da população, o lixo também teve uma mudança nas suas características. A humanidade apenas começou a se preocupar com suas consequências na metade do século XX. Sendo assim o lixo foi se tornando um problema do mundo moderno.

Como objetivo geral desse estudo tem: a preservação do meio ambiente e lixo produzido no meio urbano. Os objetivos específicos se desdobram para elencar os principais tipos de resíduos sólidos produzidos pela sociedade contemporânea, bem como, mostrar quais são os tipos e os meios de manipulação de resíduos e seu destino final; apresentando os principais impactos ambientais causados pela atual sociedade.

Para o presente estudo buscou-se explicitar os principais meios de preservação ambiental e os impactos ambientais causados pelos lixões nas áreas urbanas das grandes metrópoles. O estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica, como instrumento de pesquisa, abordando aspectos de cunho qualitativos na pesquisa de livros, artigos, teses e dissertações e aporte documental.

2. PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

2.1 Ambiente, meio ambiente e suas definições

O Meio Ambiente torna-se a totalidade do que está em torno de algo ou alguém; compreende os seres vivos e as forças naturais. O ambiente potencializa as condições para a desenvoltura e crescimento dos seres vivos, sendo assim, comumente não existiriam sem o seu ambiente. Os organismos evoluem em resposta às condições do seu ambiente, que geralmente se compõe das interações entre plantas, animais, solo, água, temperatura e luz.

[...] Natureza, meio ambiente humano e ambiente impuseram historicamente exigências, incômodos e desafios para a espécie humana que tiveram papel decisivo no seu processo de evolução, fazendo-o passar de um sistema antropeide para um sistema humano (hominização), mas foi especialmente o desenvolvimento da cultura que permitiu ao homem adaptar os mais diversos ambientes a si, que passaram a ser cada vez mais dominados. (DULLEY, 2004, p. 22).

A palavra ambiente traz vários significados e é usada para falar sobre muitas coisas. Indivíduos em diferentes áreas do conhecimento - como história, geografia ou biologia - contextualizam-na de diversas formas. Na conjuntura da biologia e ecologia, o meio ambiente engloba tudo o que há na natureza e os seres vivos, adicionando também a luz solar; dessa composição tem-se o chamado ambiente natural.

Por ambiente entende-se o “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (ART, 1998 apud DULLEY, 2004, p. 18).

Portanto, ambiente engloba: um conjunto de elementos vitais que propiciam e dá sustentação aos organismos que habitam a biosfera. Nesse contexto os seres são essenciais e a eles tem-se a junção de componentes como clima, o solo e a água. Por conseguinte, o meio ambiente dá-se pela soma resultante das condições externas que envolvem um habitat de um organismo,

ou de uma comunidade, ou de um objeto existente. Assim nota-se que meio ambiente não é termo que designa algo exclusivamente.

O dualismo ambiental determinado à espécie humana, conjecturando que o homem habita dois mundos, sendo que um dos dois mundos torna-se o mundo natural, composto pelas plantas, animais, solo, ar, águas e os demais elementos naturais, que vieram antes e o precede em bilhões de anos e do qual ele é uma parte; o outro é o mundo artificial, composto pelas instituições sociais e os artefatos construídos, baseando-se em seus conhecimentos, utilizando-se de ferramentas poderosas capacitadas para modificar o meio ambiente. Este poder de alterar consistentemente as condições ambientais do planeta, torna-se o principal fator que diferencia o homem das outras espécies que vivem na terra. (MACHADO, 1995, p. 38).

A legislação brasileira traz também em suas publicações uma definição jurídica acerca do que vem ser o meio ambiente:

- a) o ambiente como modo de ser global da realidade natural, baseada num dado equilíbrio dos seus elementos – equilíbrio ecológico, que se retém necessário e indispensável em relação à fruição da parte do homem, em particular à saúde e ao bem-estar físico; o ambiente enquanto ponto de referência objetivo dos interesses e do direito respeitante à repressão e prevenção de atividades humanas dirigidas a perturbar o equilíbrio ecológico, convertendo-se o dano ao ambiente em dano ao próprio homem;
- b) o ambiente como uma ou mais zonas circunstanciais do território, consideradas pelo seu peculiar modo de ser e beleza, dignas de conservação em função do seu gozo estético, da sua importância para a investigação científica, ou ainda pela sua relevância histórica: isto é, o ambiente enquanto soma de bens culturais, enquanto ponto de referência dos interesses e do direito à cultura;
- c) o ambiente como objeto de um dado território em relação aos empreendimentos industriais, agrícolas e dos serviços: isto é, o ambiente enquanto ponto de referência objeto dos interesses e do direito urbanístico respeitantes ao território como espaço, no qual se desenvolvem a existência e a atividade do homem na sua dimensão social. (MUKAI, 1992, p. 4-5).

A definição jurídica à brasileira aborda o ambiente em três aspectos. O primeiro refere-se à realidade natural enquanto o equilíbrio dos elementos que fazem sua composição, ou seja, o equilíbrio ecológico. O segundo aspecto reporta

as zonas circunferentes ao território considerando as belezas naturais para serem estudadas e sua importância histórica; resultando assim na soma de bens culturais reforçando o direito à cultura. No terceiro ponto tem-se o ambiente como instrumento de certo território atrelado aos empreendimentos; ressaltando aqui o direito urbanístico, respeitando-se o território como meio de existência e configurando sua dimensão social respeitando seu contexto.

Faz-se muito importante ressaltar que, cada indivíduo neste momento, entenda que o ambiente limpo é pré-requisito para a saúde de todos os seres humanos. Todos os tipos de poluição causam danos ao meio, e isso traz consequências desastrosas para a humanidade inteira. Atualmente, vários tipos de problemas graves de saúde estão aumentando rapidamente e em todo o mundo. A principal razão por trás do crescimento desordenado dessas enfermidades está na quantidade de poluição no meio ambiente.

[...] O conjunto dos meios ambientes de todas as espécies conhecidas pelo homem constituiria o ambiente, ou seja, a natureza conhecida pelo homem. Para efeitos práticos, o ambiente se confundiria com ela. Dessa forma, tudo o que ocorre na natureza conhecida pelo homem, ocorreria também no ambiente. E isso porque a natureza deve ser e é pensada no espaço e no tempo. (DULLEY, 2004, p. 25).

Na contemporaneidade, nota-se uma maior tomada de consciência da sociedade sobre os níveis de poluição e, portanto, tem-se praticado algumas ações de mudança de atitude. Contudo, ainda se faz necessário muito trabalho para que tenhamos de fato um ambiente limpo e saudável. As primeiras atitudes e os primeiros passos, para essas mudanças são: conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente limpo, e como ele pode ajudar-nos a permanecermos saudáveis.

Nosso planeta está mudando e precisamos ajudá-lo a transmudar para melhor. Existem várias coisas que afetam o nosso planeta de uma forma negativa, em função das atividades de exploração do homem moderno e sua ocupação nos espaços do solo, ou seja, a urbanização cada vez mais crescente.

2.2. Meio ambiente e a população urbana

A urbanização da sociedade atual deu-se por meio de um processo que se desenvolveu a partir de um fenômeno recente na história da humanidade: a Revolução Industrial. Nela este processo encontrou meios de crescimentos exponenciais, propiciando um vertiginoso e acelerado crescimento que culminou na aparição das primeiras sociedades a partir da economia industrial, com população majoritariamente urbana. A evolução do processo de urbanização durante o século XX foi determinante até em continentes com economias pouco desenvolvidas.

Até o ano de 1850, os países não possuíam características que pudessem ser considerados como uma sociedade preponderantemente urbana, e até 1900, somente a Grã-Bretanha estava nesta posição. No final daquele século, todos os países considerados mais industrializados e mais desenvolvidos são predominantemente urbanos. E os países classificados como menos desenvolvidos caminham nesse rumo aquecido ao desenvolvimento. (DAVIS, 1977).

Com a revolução industrial veio à necessidade do homem de se deslocar da sua zona rural e passar a morar mais próximo do seu trabalho. Essa necessidade culminou no surgimento dos aglomerados que mais tarde seriam chamados de centros urbanos.

No Brasil o contexto deu-se da mesma forma. Os indivíduos moradores de áreas rurais passam a residir em zonas urbanas. Assim:

[...] No século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, o modelo de sociedade industrial e urbana passa a atingir também os países menos desenvolvidos, sendo que em alguns deles com maior intensidade, como é o caso do Brasil, onde o Censo de 1960 (IBGE) revelava um país ainda rural e nas décadas seguintes um país plenamente urbano. (MAZETTO, 2000, p. 25).

No Brasil a sociedade foi tomando novo formato. Dantes majoritariamente concentrada na área rural, sua população se desloca do campo e rapidamente transforma-se de uma sociedade totalmente ruralizada, que em poucas décadas, torna-se um país completamente urbanizado.

Com a urbanização e o aumento da população mundial vieram novos problemas ambientais, que responde diretamente na qualidade de vida humana. Em decorrência dos centros urbanos crescendo cada vez mais e o aumento de exploração desse ambiente para acomodar essa nova população, problemas surgem.

Concordando com Guidugli (1995):

[...] Milhares de anos nos separam dos primeiros momentos em que o homem, numericamente pouco, começou a pressionar o meio ambiente com efeitos perceptíveis. A sociedade humana então não era urbana, mas rural, nômade em muitas situações e incapaz de produzir, sobre si mesma qualquer efeito dramático (...). (GUIDUGLI, 1995).

Por meio do crescimento da população urbana aparecem os efeitos nocivos que ela traz consigo. O equilíbrio ambiental fica comprometido para suprir as necessidades desta comunidade, ou seja, um volume considerável de suprimentos como energia e matéria prima se faz necessário. Pontuando o aumento de população tanto nos países desenvolvidos quanto nos países menos desenvolvidos são esses os que mais sofrem seus efeitos.

[...] O crescimento populacional em ritmo acelerado é, sem dúvida, ainda mais acentuado no mundo menos desenvolvido, justamente onde as condições da qualidade de vida humana são as mais precárias. Esta situação se apresenta mais grave pelo índice de corrupção endêmica e pela estagnação e dependência econômica em relação aos países centrais, tornando esses países incapazes de absorver o rápido crescimento da população. (MAZZETO, 2000, p. 26).

Sabendo-se que nos países menos desenvolvidos as carências e desigualdades sociais são latentes. Corroborando com Lynch (1977) “a qualidade de vida nas grandes cidades do mundo menos desenvolvido está longe de ser considerada boa ou satisfatória para maioria de sua população”. Eles convivem com uma política em que: as áreas urbanas concentram-se nas periferias, ou seja, uma área menos favorecida, na qual as pessoas geralmente têm pouca escolaridade, muita pobreza, sem acesso a saúde e a cultura.

Na atualidade, as evidências do efeito do processo de urbanização, estão cada vez maiores e presentes em quantidades de núcleos, chegando a praticamente desvincular os seres humanos de seu convívio com a natureza.

Decorrem aspectos particularmente intensos e concentrados em áreas relativamente limitadas. Os resultantes das consequências fazem-se presentes na distância às vezes consideráveis; nesse contexto em virtude da necessidade de entrada concreta de energia para o abastecimento da zona urbana. Em decorrência da crise representada pelos alimentos, sobressai a dos combustíveis e da eletricidade; produzidas em locais remotos, são transmudadas, reconectadas e, quando possível, armazenadas para posterior aplicação. Em consequência desse processamento, dá-se intensa elaboração de resíduos, que na verdade, exprimem a reversão ao estado não concentrado, e que são formulados em sua maioria principalmente pelos dejetos e pela produção exponencial de calor. (FORATTINI, 1991, p. 25).

Sabe-se que o desenvolvimento do meio urbano resultou de intensa e grande manipulação do meio ambiente. Dessa prática decorreram excessivas modificações que re incidem nas paisagens, nas comunidades, nos estados psicológico e fisiológico dos habitantes; somando-se aqueles fatores culturais, tanto quanto econômicos, como políticos, que de forma isolada ou coletivamente, propiciam ou mesmo determinam a qualidade de vida da população que reside nessas áreas caracterizadas do ambiente urbano.

2.3. Meio ambiente urbano e o lixo

Preservar o meio ambiente torna-se essencial na contemporaneidade, apontando que, nele se encontra os recursos naturais necessários para a sobrevivência humana como: água, alimentos e matérias-primas; tão elementares para vida no planeta terra. Sem esses recursos, todas as formas de vida do planeta poderão se extinguir.

E em meio às transformações sociais ocorridas nos últimos tempos e corroborando ao processo vertiginoso de aceleração da urbanização, o homem tem causado sérios problemas ao meio ambiente, dada a sua necessidade de fixar residência. Com essas ocupações, o indivíduo colabora para o aumento do lixo

no contexto urbano que segundo Velloso, 2010, destaca que “o lixo, é designado como restos ou como tudo aquilo desprovido de uma utilidade óbvia e objetiva, adquire uma imagem negativa, quase sempre associada à sujeira.” A população daquelas áreas tanto quanto no meio rural propicia o acúmulo de lixo em espaços abertos e inadequados para esta finalidade.

A etimologia da palavra lixo remete ao latim do termo *lix*, que significa: cinzas. Já no dicionário ela se define como: sujeira, imundice, coisas inúteis, velhas e sem qualquer valor. No contexto técnico, é chamado de resíduos sólidos e se representa por materiais descartados pelos usos e atividades realizadas pelos seres humanos.

De acordo com a Lei Ambiental 9966/00 de 28/04/2000 também são conhecidos como:

[...] materiais produzidos e descartados, individual ou coletivamente, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar da população, ou ainda, é todo tipo de sobra de víveres e resíduos resultantes das faxinas e trabalhos rotineiros nos navios, portos organizados, instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio. (BRASIL, 2000).

Conceitua-se lixo todo material que se descarta e que perde a sua utilidade ou, o seu valor, porém a definição de resíduos sólidos vai muito mais além de um item não utilizado. Em seu princípio primeiro o lixo era reutilizado em forma de adubo nos processos de agricultura. Os resíduos eram comumente: restos de comida, excrementos de animais dentre outros materiais orgânicos. Os ingredientes desses rejeitos eram basicamente compostos apenas por matéria orgânica, eles eram juntados e se decompunham naturalmente, e assim podiam ser reaproveitados como adubo.

Comumente as pessoas associam resíduo sólido ao lixo. Contudo sabe-se que aqueles se transformaram em fonte de renda para muitas pessoas e podem vir a gerar lucro para algumas empresas. Por tanto, os resíduos têm um valor agregado, e em muitos processos produtivos pode ser utilizado como matéria prima. Os resquícios sólidos são unidades compostas a partir de materiais

líquidos, sólidos e gasosos gerados por meio das atividades humanas que não apresentem a denominação inicial para a atividade fim onde foram pensados. Contudo, podem ser reaproveitados ou agregados em outros processos produtivos aprimorando o seu ciclo vital.

Desse modo, ocorreu a modernização nos tipos de resíduos que são gerados hodiernamente, como: lixo industrial, pilhas, lâmpadas, dentre outros tipos de sedimentos. Na época atual se elegeu o termo, resíduos sólidos, para se referir ao lixo gerado pela comunidade urbana. Esse termo foi considerado mais apto para nomear os rejeitos que são gerados pela nossa sociedade como um todo.

Os resíduos podem ser classificados tanto quanto à natureza física, à composição química, aos riscos potencialmente elencados ao meio ambiente e ainda quanto à sua proveniência. (CADERONI, 2003).

Os resíduos sólidos gerados no processo produtivo foram classificados durante vários séculos como meros subprodutos do sistema econômico. Nesta perspectiva, a prioridade era remover os resíduos para locais distantes das áreas habitadas. No entanto, com a expansão das cidades e, conseqüentemente, do volume de resíduos, intensificaram-se os problemas ambientais decorrentes da gestão inadequada. Além disso, agravaram-se os impactos negativos sobre as condições de saúde e a qualidade de vida da população, sobretudo os problemas enfrentados pelos habitantes de bairros periféricos de países em desenvolvimento, para onde a maior parte dos resíduos continua a ser encaminhada. (DEMAJOROVIC, 1996).

Atualmente os resíduos sólidos podem ter várias utilidades. Comumente conceituado como lixo ele pode ser separado dos materiais que se decompõe e tratado adequadamente para ser reutilizado. Podendo vir a se tornar outro objeto para variadas funções.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS SOB A ÓPTICA DOS LIXÕES

3.1. Destinação do lixo e resíduos sólidos - lixão

O resultante das ações do homem e seu modo de vida na atual sociedade têm apresentado impactos sucessivos, muitos dos quais, são irreversíveis, como a extinção de formas de vida, entre as quais também podemos elencar a poluição do ar, e os acúmulos de restos de materiais produzidos pela ação do homem, ou seja, o lixo.

Com o aumento da população humana que conseqüentemente, geram os aumentos da produção de alimentos e de bens para atender esse crescimento “dá uma dimensão do impacto humano e aponta para várias outras mudanças ambientais que afetam a biodiversidade indiretamente.” (BENSUSAN, 2002, p. 23).

Os resíduos sólidos são descartados em lugares que não apropriados para esta finalidade. As pessoas descartam seu lixo em terrenos que estão desocupados e em espaços a céu aberto. Comumente esses dejetos são restos de materiais, sobras de comidas e lixo residencial que ao passar dos dias entram em processo de decomposição e produzem odor característico. Todo esse material pode ser coletado pela prefeitura através do serviço de limpeza urbana. Outras vezes o material é descartado em locais perto das residências trazendo incômodos para os residentes.

Os impactos humanos sobre o planeta terra geram tendências ambientais que configuram o século XXI e o futuro da civilização, principalmente: “crescimento populacional, aumento de temperatura, queda de lençóis freáticos, redução da terra cultivável por pessoa, colapso dos pesqueiros, encolhimento das florestas e a perda de espécies vegetais e animais” (BROWN; FLAVIN; FRENCH, 2000, p.5).

Todo o lixo gerado pela sociedade contemporânea deve ter uma destinação certa para que não propicie desastres para a população, assim deve

ser feito todo o seu tratamento e acondicionamento para que não possa agredir ainda mais o meio ambiente e a comunidade ao seu entorno.

Segundo Bidoni e Povineli (1999), o “lixão” compreende-se em local de disposição final dos resíduos sólidos urbanos onde estes são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública, causando risco à saúde da comunidade que mora em suas imediações, comunidade esta que, em sua maioria é marcada pela vulnerabilidade econômica e social.

Corroborando com Lima (2004), a classificação quanto à sua natureza e estado físico, o lixo, pode ser classificado como sólido, líquido, gasoso e pastoso; e quanto à origem e produção, eles podem ser residenciais, comerciais, industriais, hospitalares e especiais. Elencando o lixão ou vazadouros, aterro controlado e aterro sanitário como métodos de disposição final dos resíduos. E incineração, compostagem e reciclagem como métodos de tratamento de resíduos sólidos adotadas pela sociedade urbana.

De acordo com o levantamento feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELEPE) a média de lixo gerado por pessoa no país, no ano de 2010 foi de 378 quilos (kg), montante 5,3% superior ao de 2009 (359 kg). No decorrer do ano de 2010, o montante chegou a 60,8 milhões de toneladas de lixo. Dessarte, milhões de toneladas não foram coletadas e terminaram em rios, córregos e terrenos baldios. Na totalidade de resíduos produzidos, 42,4% ou 22,9 milhões de toneladas/ano não receberam destinação apropriada: foram conduzidas para lixões ou aterros controlados - que não têm tratamento de gases e chorume. (ABRELEPE, 2010).

Com a constante agressão ao meio ambiente, os sistemas naturais não conseguem metabolizar a grande quantidade de resíduos e do ponto de vista da degradação ambiental, o volume de lixo gerado representa mais do que poluição, representa degradação ambiental, também conhecido por impactos ambientais,

os quais resultam em prejuízos à qualidade de vida de todos os seres. (DIAS, 2006).

Todo esse lixo descartado de forma inadequada, com ou sem tratamento, gera enorme impacto ambiental. E esse atinge toda a sociedade contemporânea com a grande quantidade de resíduos gerados nos meios urbanos; com isso a degradação ambiental vem se tornando uma realidade palpável.

A ABRELEPE notificou que dentre as regiões brasileiras o Nordeste encontra-se em segundo lugar quanto à destinação inadequada do lixo sendo que 66% encaminhado para lixões e aterros controlados. No mesmo contexto dessa região existem 866 lixões, que representam 51% do total de 1.688 lixões espalhados pelo Brasil. (ABRELEPE, 2010).

Por meio das estatísticas acima citadas pode ser percebido que principalmente na região nordeste tem-se uma constatação da má destinação dos resíduos sólidos gerados pela população do meio urbano. Os lixões são os principais meios utilizados para a destinação final dos resíduos juntamente dos aterros controlados.

Na resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 23/01/1986 em seu art. 1º, impacto ambiental é considerado como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que indiretamente, afetam à saúde, a segurança e o bem-estar da população: as atividades econômicas: a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 1986).

O meio ambiente encontra-se no seu estado natural. A partir da ação do homem explorando aquele espaço para sua sobrevivência e para a geração e riquezas, altera o espaço da natureza. Produzindo assim os impactos que resultam em consequências muitas vezes irreversíveis à natureza.

Os locais seguros e corretos para armazenagem dos dejetos gerados pela população urbana devem ter seu destino correto. Alguns locais mais específicos como: aterro e vazadouros têm essa função de ser o lugar mais propício para o descarte desses materiais.

3.2. Aterramento dos resíduos sólidos urbanos

Entre tantos métodos de tratamento dos resíduos e para a destinação dos lixos produzidos pela sociedade contemporânea é o aterro. Que segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): “O aterro constitui uma área destinada à disposição ou ao aterramento do lixo sobre o solo para confinamento segura ao ambiente” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Figura 1: funcionamento do aterro



Fonte: (SLIDEPLAYER, 2019).

A ambiência do aterro compreende um contínuo risco a comunidade que vive ao seu entorno. Sisino e Moreira (1996) advertem que alguns metais, como cádmio, cromo, manganês e chumbo, podem ser encontrados no líquido percolado (chorume) e em compartimentos ambientais (águas superficiais e subterrâneas, solos), e em níveis acima do que seria considerado normal.

Amplamente utilizada no Brasil e em países desenvolvidos como nos Estados Unidos, o aterro, é a alternativa mais barateada de tratamento do lixo. Aqui no país, duas formas de se organizar o lixo são largamente utilizadas: os aterros sanitários, devido à recente lei de crimes ambientais e ao rigor dos órgãos de fiscalização ambiental, estão sendo elaborados com tecnologias de finalização mais adequada, citando: impermeabilização inferior, drenagens e tratamento de biogás e líquidos percolados, cobertura de lixo e compactação, entre outras demais tecnologias. Em segundo lugar a mais utilizada somente por ser a alternativa com menos custos, é o lixão, ou seja, depósito de lixo a céu aberto, sem impermeabilização, drenagem ou qualquer tipo de cobertura.

No Brasil estudos sobre os gases que são gerados pelos aterros vêm se tornando a cada dia mais frequentes devido ao gás ter seu valor energético como sendo uma alternativa em gerar energia elétrica, conjecturando que sua recuperação trará enorme benefício ao setor elétrico, como também propiciará a redução das emissões de metano para a atmosfera corroborando com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A possibilidade de aproveitamento energético do gás e a redução de emissões, associadas à venda de créditos carbono estariam atingindo as metas estabelecidas pelo Protocolo de Quioto.

O processo de degradação dos resíduos sólidos urbanos em aterro constitui-se de um sistema demorado, por está condicionado à velocidade de degradação dos mais diferentes tipos de resíduos, ou seja, substratos e, por conseguinte, em razão dos metabolismos distintos que se sucedem ou se superpõem. Outros modelos globais de degradação foram desenvolvidos na perspectiva de demonstrar as diferentes etapas que conduzem à estabilização dos diversos tipos de resíduos.

Segundo FERREIRA (1999), a demanda por sistemas adequados de tratamento e disposição de resíduos é reveladora da pouca consciência que se

tem dos efeitos negativos, no meio ambiente e na saúde humana, que o lançamento indiscriminado dos resíduos pode provocar.

A limitada predisposição das autoridades públicas em utilizar recursos para implantação de sistemas mais eficientes está relacionada ao estigma que se propaganda, na nossa sociedade, ao servido, ao utilizado, ao descartável, cujo valor não fundamenta gastar-se dinheiro com lixo.

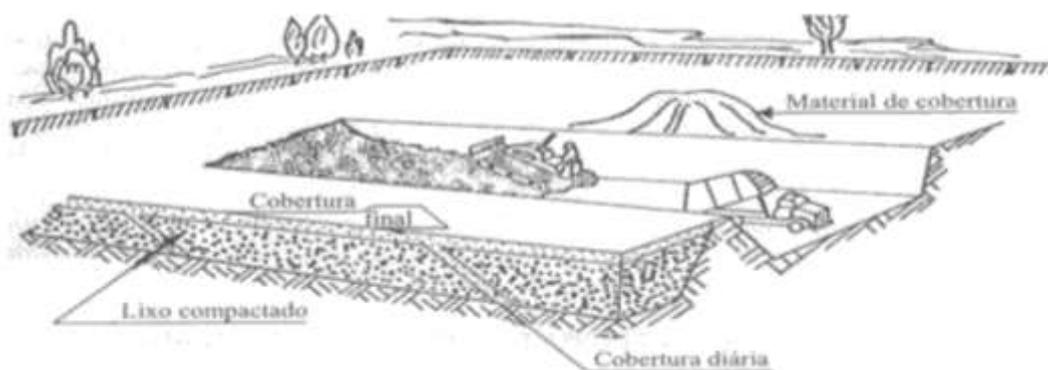
O processo de aterramento dos resíduos pode ser concretizado por meio de três formas comumente empregadas, que são elas:

- Método da trincheira ou vala;
- Método da rampa;
- Método da área.

3.2.1 Método da Trincheira

Constitui-se no abrimento de valas, onde o lixo deverá ser disposto, compactado e posteriormente coberto com solo. As valas podem ser de pequena (operação manual) ou de grandes dimensões (permite-se a entrada de equipamentos de grande porte em seu interior);

Figura 2: método da trincheira ou vala



Fonte: (Slideplayer, 2019).

3.2.2. Método da rampa

Conhecido também como o método da escavação progressiva, é fundamentado na escavação da rampa, onde o lixo é disposto e compactado pelo trator e posteriormente coberto com o solo. Emprega-se geralmente em áreas de meia encosta, onde o solo natural ofereça boas condições para ser escavado e, de preferência, possa ser utilizado como material de cobertura. Este método é o mais utilizado, devido os resíduos ser adensados em taludes com certa inclinação e cobertos por uma camada de argila diariamente. A compactação inclinada feita em sentido ascendente tende a aumentar a densidade dos resíduos favorecendo o processo de decomposição biológica. De certa maneira, a cobertura diária dos resíduos favorece a atividade anaeróbia pelo fato de reduzir a penetração de ar no aterro. Em rampa a compactação em sentido ascendente vem sendo adotada com grande sucesso desde inícios da década de 60, por ser um método que vem favorecendo a decomposição e o acertadamente a atividade microbiana anaeróbia no meio. O adensamento dos resíduos associados as coberturas diárias permitem o surgimento de um ambiente inicial favorecendo a fase de aclimação das bactérias, ou como conhecida “fase lag”. Dessarte, a fase de aclimação é considerada uma fase crítica, observando-se um retardamento no crescimento dos micro-organismos, influenciando o processo de decomposição dos resíduos.

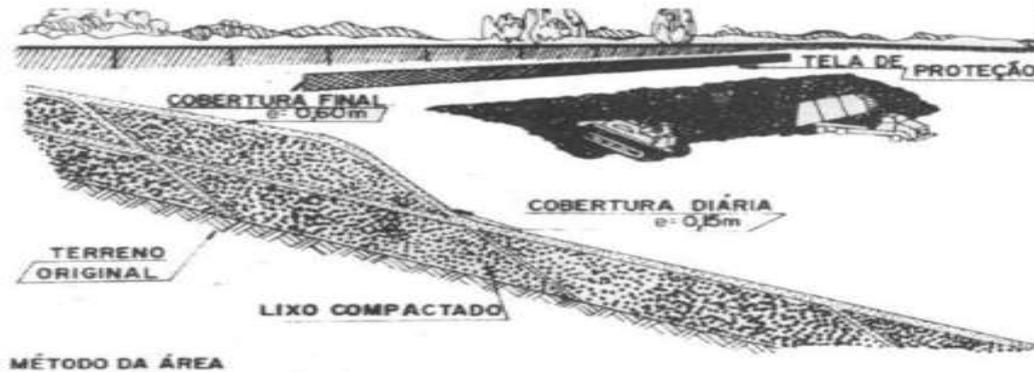
Figura 3: método da rampa



Fonte: (Slideplayer, 2019).

3.2.3. Método de área:

Este método é utilizado na maioria das vezes em locais cuja topografia é plana e o lençol freático é raso (nível bem baixo).

Figura 4: método de área

Fonte: (Slideplayer, 2019).

A escolha por um desses métodos vai depender de certos fatores, como as características físicas e geográficas da área e do volume de lixo a ser disposto.

Comumente os entraves do gerenciamento dos resíduos sólidos, principalmente nos países em desenvolvimento, tornou-se complexo devido à quantidade e diversidade dos resíduos, à explosão das áreas urbanas, a restrição dos recursos financeiros públicos e as limitações tanto de energia quanto de recursos naturais. Além disso, outro fator que dificulta o gerenciamento dos resíduos reside na quantidade de etapas de processamento destes que são: a geração, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final. (SOARES, 2004).

Para o processamento dos resíduos gerados pela comunidade urbana são utilizadas diversas técnicas tendo em vista que o lixo gerado também possui variadas formas e conseqüentemente requer métodos diferenciados para o seu tratamento correto.

3.3. Impactos ambientais e preservação ambiental

Na realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO - 92, uma das questões amplamente discutida e considerada fundamental quanto à preservação do meio ambiente foi a crescente produção de resíduos sólidos em todo o mundo.

Utilizada como instrumento para definir decisões, ações e procedimentos adotados em nível estratégico, a gestão ambiental se faz essencial. De acordo com o Ministério das Cidades, a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), tornou-se um dos setores do saneamento básicos mais relevantes conjuntamente ao seu manejo adequado fazendo-se presente nos objetivos básicos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

A produção de resíduos sólidos faz parte do cotidiano da sociedade. Devido a isto, é grande o volume de resíduos principalmente nas áreas urbanas, onde as pessoas têm seu modo de vida baseado na produção e consumo crescente, o que tem preocupado os estudiosos, pois esta produção acaba sendo um aspecto que contribui para problemas de ordem sanitária, oferecendo perigo para a saúde pública, além de ser a responsável direta pela degradação ambiental. (SANTOS, 2007, p. 19).

Os trabalhos humanos desencadeiam impactos que põe em risco a biodiversidade, causando o desmatamento, que repercutem nos impactos sobre o solo, sobre as águas, sobre o clima e sobre a atmosfera.

[...] O saber ambiental não é construído pela objetividade da natureza aprendida através de uma ordem econômica preconcebida. É sobretudo a reconstrução do conhecimento a partir de novas visões, potencialidades e valores, guiados por novas significações e sentidos. (LEFF, 2005, p. 336).

Os valores econômicos propagados na sociedade contemporânea resultam de valores preconcebidos no meio capitalista e totalitariamente pregados para o enriquecimento. Contrariamente, o saber ambiental se desenvolve a partir de novos valores e ressignificações de consciência.

No contexto dos lixões existe uma série de impactos ambientais, acarretados pela perda da qualidade do meio ambiente, entre eles, referentes: à água, ao ar, e ao solo; também pela produção dos seres que habitam lugares próximos e, notoriamente, impactos na estética do local onde se contextualiza esses espaços.

Uma das alternativas que mais tem sido pautada pela sociedade corresponde ao tratamento e a reciclagem desses resíduos, pois além de dar uma alternativa na disposição deles, também é possível que haja um novo produto. (SANTOS, 2007, p. 17)

Os impactos ambientais acontecem quando são bloqueados os fluxos de um determinado sistema, originando, assim, prejuízos evidentes nos componentes do mencionado agrupamento. No caso dos lixões, por exemplo, o acúmulo de resíduos sólidos poderá gerar substâncias tóxicas que, ao escorrerem para lagos ou rios, poderão causar a mortalidade dos peixes e maleficar todo o ecossistema que o circunda.

Conforme se apresentam, os lixões a céu aberto são caracterizados, em todos os lugares onde perduram, por se denotarem como um depósito de resíduos sólidos de toda a ordem, que coexistem nesses espaços. Trazendo inúmeros desconfortos para os habitantes desses espaços.

Com a finalidade de minimizar os impactos ambientais, faz-se essencial o conhecimento arraigado do funcionamento desse sistema; e o préstimo de medidas de controle, como pode ser citado o caso da efetivação de políticas públicas que convertam e amenizem a situação desconcertante. Diante desse contexto surge à necessidade e obrigatoriedade pela efetivação de aterros para sanar aqueles impactos.

Para amenizar o impacto da produção de resíduos sólidos, a Agenda 21 - documento elaborado pelas Nações Unidas na Conferência Rio 92 - orienta que deve ser levado em consideração à viabilidade de Reduzir, Reutilizar e Reciclar. O fomento à educação ambiental incita as pessoas a um olhar de sensibilização dos problemas ambientais e da coparticipação individual na segmentação do processo que leva a esses impactos, seja na colaboração em amenizá-los com adoção dos 3 Rs. (SANTOS, 2007, p. 17).

Quando a disposição dos resíduos sólidos se dá de forma inadequada constituem problemas de ordem sanitária, econômica e estética. Assim tem-se uma contrariedade nos ambientes urbanos como a acumulação de lixo em locais inapropriados e prejudica-se a imagem urbana com dejetos inconvenientes ao meio comunitário.

[...] Os resíduos sólidos são materiais heterogêneos, (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente utilizados, gerando, entre outros aspectos, proteção à saúde pública e economia de recursos naturais. (FUNASA, 2004, p. 227).

A Agenda 21 (1992) propõe como estratégia para a obtenção de um modelo de gerenciamento dos resíduos sólidos compatíveis com a preservação ambiental, quatro programas:

- ✓ minimização de resíduos;
- ✓ maximização da reutilização e da reciclagem de resíduos;
- ✓ promoção de sistemas adequados de tratamento e disposição de resíduos;
- ✓ ampliação da cobertura dos serviços de limpeza urbana.

A proposta da agenda 21 é consistente no tocante que é possível e natural a realização das atividades acima mencionadas. A minimização de resíduos pode ser posta em prática através da adoção de práticas que podem ser adotadas no decorrer do nosso dia a dia optando-se por objetos não descartáveis; a maximização da reutilização pode ser feita a partir de utensílios reaproveitáveis e com multifuncionalidades. No tocante a promoção de sistemas adequados de tratamento e a ampliação da cobertura dos serviços de limpeza urbana ficam a incumbência dos sistemas públicos.

4. METODOLOGIA

Este estudo se performou de cunho exploratório, uma vez que “estabelece critérios, métodos e técnicas para a sua elaboração, objetivando oferecer informações sobre o objeto de pesquisa e orientar a formulação de hipóteses” (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 17). Com relação ao nível da pesquisa, visa-

se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista que esse nível possibilita a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2007).

Nesse contexto, pode-se dizer que, dentre os tipos de pesquisas existentes, a pesquisa exploratória é a menos rígida no que tange ao planejamento, já que normalmente envolve levantamento bibliográfico e documental. Desse modo, é desenvolvida com a intenção de dispor uma visão geral sobre um determinado fato (GIL, 2007, p. 43).

O delineamento do estudo se volta à pesquisa bibliográfica, pois proporciona meios para se definir e explorar novas áreas que não foram contempladas ou que apresentam um reduzido nível de publicação. Desse modo, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 71).

Como instrumento de coleta de dados para a elaboração deste trabalho, efetuou-se, primeiramente, uma pesquisa documental caracterizada pela coleta de informações a partir de fontes primárias, abraçando documentos escritos e não escritos. Esta etapa, por sua vez, se constitui numa preciosa fonte de informações. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 63).

Dessa forma, os dados serão coletados através de pesquisa de campo, visto que consistem “na observação atenta de um objeto de interesse do pesquisador” e envolvem “técnicas de coleta e apresentação de dados e uma discussão qualitativa dos resultados.” (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 28).

Seguindo esse raciocínio, os dados foram analisados qualitativamente. Tal abordagem qualitativa possibilita que o pesquisador tenha uma compreensão mais detalhada do objeto a ser estudado. Nesse sentido, a abordagem qualitativa é utilizada quando não se empregam procedimentos estatísticos. O pesquisador tenta descrever, analisar e interpretar os dados de acordo com a complexidade

do estudo. Nestes termos, a abordagem qualitativa permite que a pesquisa seja amplificada, não limitada à acumulação de dados e possibilitando inferências significativas acerca do fenômeno investigado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento exponencial da população, a conseqüente expansão da zona urbana e a crescente ampliação do sistema de produtividade e consumo industrial têm propiciado o agravamento das condições ambientais, sobretudo do cenário urbano contemporâneo. No meio ambiente encontra-se a matéria prima necessária para o abastecimento do consumo desses habitantes da cidade moderna.

No cenário do ambiente urbano, deliberados impactos ambientais como a poluição do solo, da água e do ar, ocupação desordenada e crescimento de favelas nas periferias, edificação de moradias em locais inapropriados ou áreas de preservação tais como encostas, margens de rios e depósito de dejetos ou resíduos sólidos em locais inapropriados precisam ser repensados e novos hábitos estimulados. O apoderamento humano de ambientes urbanos mais saudáveis reivindica de todos os cidadãos a opção de ser agente principal no processo de interação com o meio ambiente.

A população necessita estimular a percepção e se compreender como um indivíduo constituinte da natureza e não como um ser que não faz parte desse meio. Deste modo a compreensão empreende melhorar as condições ambientais, modificando formas de uso e manutenção do lugar onde se habita, pela tenacidade de hábitos culturais mais condizentes e saudáveis.

Conotando o ecossistema urbano no que evidência aos constituintes ambientais e os impactos negativos - tanto os perceptíveis quanto aqueles que não são fáceis de ser percebidos - variando de acordo com a condição dos atores sociais e é denotada, comumente, por atividades realizadas cotidianamente e pelo ambiente onde habitam os agentes sociais.

O discernimento e o tratamento do lixo são intrinsecamente arraigados às crenças e aos hábitos locais elencados pelos seus habitantes. Que, por conseguinte, determinam o uso no ambiente que, por sua vez, contempla os impactos intensos e gravíssimos para a saúde humana e o ambiente urbano da cidade.

Na conjuntura de poluição pela disposição inadequada de lixo oportunizam impactos ambientais negativos em diferentes ecossistemas do meio urbano e da cidade como as margens e leito dos rios, margens de ruas, estradas e lotes baldios. Representam as práticas locais e as formas de usos incongruentes do ambiente urbano e são estipulados pelos valores culturais, pelas crenças e hábitos da população local.

Em suma, as inadequadas utilizações dos ambientes urbanos nas cidades brasileiras apontam para um comportamento comumente estabelecido e implicam em danos ambientais graves e inconsequentes. Assim todos os indivíduos são agentes importantes na preservação do ambiente e na manutenção do meio urbano saudável e habitável.

REFERÊNCIAS

ABRELEPE. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais**. Portal de notícias G1, São Paulo. 26, de abril 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/sobe-68-producao-de-lixo-no-pais-mas-so-57-tem-destino-adequado.html>. Acesso em: 28 de maio, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR10006**: solubilidade de resíduos, procedimentos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR10004**: resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de projetos de aterros de resíduos sanitários sólidos urbanos**. Procedimento NBR 8419/84. Brasília: ABNT, 2004.

BENSUSAN, Nurit (Org.). **Seria melhorar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, por quê. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002. 252p.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos básicos de resíduos sólidos.** São Carlos: EESC/USP, 1999, p. 120.

BRASIL. CONAMA. **Resolução n° 001/1986.** In: Diário Oficial da União. Distrito Federal, 1986.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n° 9.966/2000.** Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegii=366>. Acesso em 02c de fev. 2014.

BROWN, Lester R; FLAVIN, Christopher; FRENCH, Hilary. **Estado do Mundo 2000.** Redatora: Linda Starke. Tradução: Henry Mallet. Salvador: Worlwatch Institute: UMA, 2000. 288p.

CADERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4 ed. São Paulo: Humanitas Editora, 2003.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica:** teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: Axcel books, 2004.

DAVIS, K. A. Urbanização da humanidade. **In: Cidades, a urbanização da humanidade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DEMAJOROVIC, J. A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos. **In: Cadernos Fundap** – Fundação de Desenvolvimento Administrativo. Política ambiental e gestão dos recursos naturais, n. 20, São Paulo: Fundap, 1996.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agric.** São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FUNASA. **Manual de saneamento:** orientações técnicas. Ministério da saúde – Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- GUIDUGLI, O. S. As cidades pressionam o meio ambiente. *In: Diário do Rio Claro*. Rio Claro: 21 de maio de 1995.
- LEFF, Henrique. *Ecologia y Capital*. México: Siglo XXI, 1998.
- LIMA, L. M. Q. *Lixo, tratamento e biorremediação*. São Paulo: Editora Hemus, 2004.
- LIMA, L.M. Q. *Lixo, tratamento e biorremediação*. São Paulo: Editora Hemus, 2004.
- LYNCH, K. A cidade como meio ambiente. *In: Davis, Kingsley. Cidades, A urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- MACHADO, L. M. C. P. O homem no meio ambiente. *Caderno de filosofia e ciências humanas*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, ano 31, n. 4, p. 34-39, 1995.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MAZETTO, F. DE A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. *Sociedade & Natureza*, v. 12, n. 24, 15 dez. 2014.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa de modernização do setor de saneamento – PMSS*. Disponível em: www.assemae.org.br/ass_sp_apl.ppt
Acesso em 20 de maio de 2019.
- MUKAI, Toshio. *Direito ambiental sistematizado*. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1992.
- PINTO, Antonio Carlos Brasil. *Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos*. Campinas. São Paulo: Papirus, 1988. (Coleção Turismo).
- SANTOS, Helaine Maria Naves dos. *Educação ambiental por meio da compostagem de resíduos sólidos orgânicos em escolas públicas de Araguari*. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2007.p.180.
- SISINNO, C. L. S.; MOREIRA, J.C.; Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu (Niterói, RJ). *Cadernos de Saúde Pública*, v. 12, n. 4, p. 515-523, 1996.
- VELLOSO, M.P. Da produção do lixo à transformação do resto. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 15, n. 4, p. 2.229-2.249, 2010.

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EDUCACIONAL

Maria Alice dos Passos⁷

Eduardo Laertte Campos⁸

RESUMO

Este artigo procura trazer a importância da pesquisa educacional objetivando as mudanças aceleradas no conhecimento e a diversidade de paradigmas, são necessários profissionais competentes para responder aos problemas de uma realidade complexa e dinâmica; que adotem uma atitude reflexiva e crítica em relação à realidade educacional e que possuam aptidão técnico-profissional para investigar cientificamente essa realidade e transformá-la criativamente. No estudo realizado compreendeu que, sem dúvida, a pesquisa é uma ferramenta importante para o processo de ensino e aprendizagem. O professor assume seu papel de pesquisador por sua prática docente e gera um ambiente de pesquisa em sala de aula, desde a pré-escola até a pós-graduação a reprodução do pensamento passivo e acrítico deve ser evitada, para a formação de profissionais ativos e críticos. Pesquisa e ensino estão intimamente relacionados, uma vez que a prática de ensino de qualidade deve ser apoiada pela pesquisa e, ao mesmo tempo, ser o espaço para investigar, analisar e aplicar. A formação do espírito investigativo dos alunos exige, a princípio, que o professor saiba o que a pesquisa implica, para que a pesquisa se torne importante na sala de aula porque é considerada uma estratégia de aprendizado conhecer especificamente as operações intelectuais que intervêm em qualquer processo de aprendizagem e ensino.

Palavras- chave: Pesquisa. Formação. Conhecimento.

ABSTRACT

This article seeks to highlight the importance of educational research aiming at the accelerated changes in knowledge and the diversity of paradigms, competent professionals are needed to answer the problems of a complex and dynamic reality; who adopt a reflexive and critical attitude in relation to the educational reality and who have technical-professional aptitude to scientifically investigate this reality and creatively transform it. In the study, he understood that, without a doubt, research is an important tool for the teaching and learning process. The teacher assumes his role as a researcher due to his teaching practice and generates a research environment in the classroom, from pre-school to graduate school, the

⁷ Mestre em Educação- UNIESP.

⁸ Doutorando em Educação - UNIESP.

reproduction of passive and uncritical thinking must be avoided, for the training of active and critics. Research and teaching are closely related, since the practice of quality teaching must be supported by research and, at the same time, be the space to investigate, analyze and apply. The formation of the investigative spirit of the students requires, in principle, that the teacher knows what the research implies, so that the research becomes important in the classroom because it is considered a learning strategy to know specifically the intellectual operations that intervene in any process learning and teaching.

Keywords: Research. Formation. Knowle.

1. INTRODUÇÃO

Para explicar e entender o que é pesquisa científica, é importante falar sobre pesquisa em geral e como ela leva ao que mais tarde foi chamado de pesquisa científica. A pesquisa em geral é uma atividade que visa adquirir ou descobrir novos conhecimentos; independentemente de qual seja esse conhecimento, ele pode ser referido às artes, letras ou conhecimento científico. Pela necessidade de profissionais que se considerem pensadores, ou seja, como afirma Paulo Freire (1988), que "realizam a tarefa permanente de estruturar a realidade, de perguntar e perguntar sobre o cotidiano e evidente, uma tarefa inevitável para todo assistente social".

Jean Pierre Vielle 1989, (citado por ALBERT, 2007) explica o conceito afirmando que: a pesquisa se estende como qualquer processo de busca sistemática por algo novo. Esse "algo", o produto da pesquisa, não é apenas da ordem de ideias e conhecimentos, mas gera resultados diversos e muito diferentes, novas ideias, conceitos, teorias, novos designs, valores, protótipos, comportamentos e atitudes.

Para Carlos Borsotti (1989) "... a pesquisa é um processo pelo qual são feitas tentativas para responder a problemas científicos por meio de procedimentos sistemáticos, que incluem a produção de informações válidas e confiáveis".

A pesquisa educacional, entendida como disciplina, é um campo de conhecimento recente que está atualmente em um momento de mudança devido ao avanço de novos sistemas de acesso e troca de informações e ao impacto que a informatização teve e o que está produzindo na maneira de coletar e processar informações.

Portanto, um dos aspectos mais debatidos na pesquisa educacional é aquele que se refere aos críticos de rigor, para os quais são reguladas as várias metodologias para adquirir o caráter científico; um dos elementos constitutivos desse processo é a vontade do especialista em comunicar os resultados. Anteriormente, o próprio pesquisador precisava recorrer a várias fontes de informação para estabelecer o estado da questão do conhecimento sobre o fenômeno que planejava investigar. No entanto, hoje a tarefa de adquirir fontes e organizá-las para facilitar o acesso tem sido tradicionalmente de responsabilidade das bibliotecas, às quais agora são adicionados centros especializados de documentação computadorizada.

2. CONCEITO DE PESQUISA EDUCACIONAL

Em geral, pode-se dizer que a pesquisa educacional é a aplicação de conceitos como conhecimento científico, ciência, método científico e pesquisa científica aplicada a todos eles no campo da educação. Aborda questões e problemas relacionados à natureza, epistemologia, metodologia, metas e objetivos no âmbito da busca progressiva do conhecimento no campo educacional. Uma maneira de poder dar uma definição é analisar como ela é concebida nas diferentes perspectivas de pesquisa (ALBERT, 2007).

De acordo com as perspectivas empírico-analíticas, a pesquisa educacional é equivalente à pesquisa científica aplicada à educação e deve aderir às normas do método científico em seu sentido mais estrito. Nessa perspectiva, a natureza empírica da pesquisa é dada com base nos mesmos postulados das ciências naturais. Desse ponto de vista, a pesquisa em educação "é o

procedimento mais formal, sistemático e intensivo para a realização de uma análise científica" (BEST, 1972, p. 78). "Consiste em uma atividade que visa criar um corpo organizado de conhecimento científico sobre tudo o que interessa aos educadores" (TRAVERS, 2009).

Com o desenvolvimento de novas ideias sobre educação, concebidas como uma realidade sociocultural, de natureza mais complexa, singular e socialmente construída, surgiram novas conceituações ou perspectivas de pesquisa educacional, denominadas interpretativas e críticas. A concepção interpretativa supõe uma nova abordagem no estudo da educação. A educação é concebida como uma ação intencional, global e contextualizada, governada por regras pessoais e sociais e não por leis científicas. Segundo sua concepção, investigar é compreender o comportamento humano a partir dos significados e intenções dos sujeitos que intervêm no cenário educacional. O objetivo da pesquisa educacional é interpretar e entender os fenômenos educacionais, em vez de fornecer explicações casuais.

A partir da corrente crítica, a pesquisa tenta desvelar crenças, valores e premissas subjacentes à prática educacional. Daí a necessidade de propor uma relação dialética entre teoria e prática através da reflexão crítica. Dessa maneira, o conhecimento é gerado a partir da práxis e da práxis. A pesquisa é concebida como um método permanente de autorreflexão. De acordo com essas posições, a pesquisa educacional pode ser definida como uma "investigação sistemática e sustentada, planejada e autocrítica, sujeita a críticas públicas e evidências empíricas, quando apropriado" Stehouse (1984). Elliot (1978) define como "uma reflexão diagnóstica sobre a própria prática".

2.1. Origem da pesquisa educacional

A pesquisa em educação como uma disciplina de base empírica aparece no final do século XIX, quando o método experimental é adotado na pedagogia, sob o nome de pedagogia experimental. Essa nova disciplina tem influências

como o pensamento filosófico do século XIX, o nascimento da pedagogia científica e o desenvolvimento da metodologia experimental. A influência do pensamento filosófico do século XIX é dada pelas correntes que nele predominam e que mudarão as formas de conceber a natureza dos fenômenos educacionais, contribuindo para a emancipação das ciências sociais e o desenvolvimento do método. Essas correntes são *positivismo* (COMTE, 1778-1857), uma corrente filosófica que concebe o conhecimento como um conjunto de fatos relacionados de acordo com certas leis e que apenas admite os dados da experiência como fonte de conhecimento; o *sociológico* (Durkheim, 1858-1917), estudando os fenômenos sociais atuais e as relações humanas; o *pragmatismo*, atual filosófico divulgado por James, Dewey, Schilder, segundo o qual o único critério válido para julgar a verdade de qualquer doutrina se encontra em seus efeitos práticos e *experimentalismo* (Dewey, 1859-1952), um movimento filosófico baseado na experiência para examinar e testar as características de uma coisa (ALBERT, 2007).

O nascimento da pedagogia científica é, sem dúvida, outra das influências na pedagogia experimental. No século XVIII, com o racionalismo, começou a ideia de uma pedagogia científica baseada na experimentação: investigações como a de Darwin sobre a *origem das espécies* em 1859, a de Cournot em 1891, sobre *os fundamentos de nosso conhecimento*, os de Bain, em 1879, sobre *educação como ciência*; os de C. Bernard, em 1895, com a *introdução ao estudo da medicina experimental*, juntamente com as *contribuições inovadoras do pensamento pedagógico* de Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852) propiciam o nascimento da *pesquisa pedagógica* com caráter empírico, lançando os fundamentos empíricos da educação (ALBERT, 2007).

O desenvolvimento da metodologia experimental segundo Borsotti (2009), também influenciou a consolidação da chamada pedagogia experimental, e embora essa metodologia seja desenvolvida primeiro em ciências afins, como medicina e psicologia, que contribuem com aspectos significativos, como uma

maneira específica de trabalhar o laboratório. , uma área de interesse que será estudos psicopedagógicos, instrumentos de medida como testes objetivos e um foco de interesse que será a criança será posteriormente estendida à educação como resultado de fatores culturais, sociais e políticos relacionados a aspectos como preocupação com o estabelecimento da educação em bases empíricas e a introdução do método experimental nas ciências humanas.

A pesquisa educacional tem um século de história, sua origem está localizada no final do século XIX, quando a pedagogia, semelhante ao que havia sido feito anteriormente por outras disciplinas humanísticas, como Sociologia e Psicologia, entre outras, adotou a metodologia científica como instrumento fundamental para se tornar uma ciência. Essa conversão científica foi o resultado de um longo processo iniciado no final da Idade Média e no início da Moderna, obra de vários autores, mas muito especialmente das contribuições de Galileu, um novo modelo de abordagens para o conhecimento da realidade emergiu. No entanto, a expressão "Pesquisa Educacional" é bastante recente, pois era tradicionalmente chamada de "Pedagogia Experimental";

Fiorda (2010) fala das características da pesquisa educacional:

1. Permitem a presença de ações sistemáticas e intencionais
2. Eles são realizados com suporte em um referencial teórico
3. Eles levam à descoberta de algo novo
4. É obtido por natureza diversa: conhecimento, teorias, ideias, conceitos, modelos, produtos, artefatos, máquinas, meios, valores e comportamentos.

Fiorda (2010) detalha também os objetivos de pesquisa educacional:

1. Conhecer os diferentes pontos de vista sobre a natureza da pesquisa;
2. Adquirir conhecimento e domínio da terminologia básica em pesquisa;

3. Conhecer as várias abordagens metodológicas aplicadas à educação pelos pesquisadores;
4. Responder à necessidade de conhecer e melhorar uma certa realidade educacional;
5. Inove na educação e analise os resultados e a eficácia dessas inovações para avançar na melhoria dos resultados educacionais;
6. Faça julgamentos de valor sobre a situação estudada (avaliação) e estabeleça as causas que a afetam (diagnóstico). Isso facilita a intervenção para aprimorar, modificar e melhorar as situações educacionais;
7. Tomar decisões e, quando apropriado, generalizar conclusões que possam afetar igualmente muitos assuntos ou situações, o que amplia a possibilidade de agir sobre eles e de rentabilizar os recursos e investimentos feitos em tempo, esforço e orçamento. ao investigar;
8. Avalie até que ponto certos objetivos educacionais são alcançados.

De acordo com Martínez (2008), os critérios regulatórios a serem levados em consideração na pesquisa educacional. Um dos aspectos mais debatidos na pesquisa educacional é o que se refere aos critérios de rigor pelos quais as várias metodologias são reguladas. Na medida em que o pesquisador aplique critérios regulatórios que garantam o rigoroso método lógico, haverá maior confiança nos resultados da pesquisa. Diferentes critérios de racionalidade se aplicam tanto ao processo de pesquisa quanto às técnicas de pesquisa social, a cujas demandas epistemológicas devem ser adaptadas. Qualquer investigação deve responder a alguns cânones ou critérios regulatórios que permitem avaliar a autenticidade do processo. O rigor metodológico de qualquer investigação científica pode ser considerado a partir de quatro critérios regulatórios: veracidade, aplicabilidade, consistência e neutralidade.

As diferenças entre os critérios científicos dos paradigmas positivistas segundo Borsotti (2009), por um lado, e o paradigma construtivista-crítico, por outro, não afetam tanto os critérios de rigor quanto as estratégias utilizadas em

cada perspectiva. Entretanto, quando a maioria dos autores se refere aos paradigmas construtivista-críticos, propõe os critérios regulatórios de credibilidade, transferibilidade, dependência e confirmabilidade, respectivamente, como respostas alternativas aos critérios tradicionais da metodologia empírico-analítica de validade interna, validade externa, confiabilidade e objetividade. Stenhouse (1994) fala de alguns critérios:

- ✓ Critério de veracidade refere-se ao grau de confiança que pode ser depositado nos resultados de uma investigação e nos procedimentos utilizados para realizá-la;
- ✓ Critérios de aplicabilidade. Determina a relevância e as possibilidades de que as explicações e interpretações, como resultados de uma investigação, possam ser generalizadas ou aplicadas a outros contextos, outros assuntos e outros problemas de pesquisa;
- ✓ Critérios de consistência. Refere-se ao grau em que se estima que os resultados de uma investigação sejam repetidos no caso de o estudo ser replicado com o mesmo sujeito ou assuntos semelhantes e no mesmo contexto ou no mesmo contexto. A estabilidade dos resultados é um critério regulatório denominado confiabilidade quando o pesquisador admite a possibilidade de uma certa constância situacional e a viabilidade de repetir uma investigação em condições idênticas (replicação);
- ✓ Critério de neutralidade. Refere-se ao fato de que os resultados da pesquisa são um reflexo dos sujeitos estudados e da própria pesquisa, e não o produto dos vieses, julgamentos ou interesses do pesquisador.

Sobre as limitações da pesquisa educacional, por sua própria natureza, a realidade educacional é diversa, complexa e mutável. Por esse motivo, seu estudo está sujeito a limites e obstáculos que não devem ser ignorados. Os mais comuns são derivados ambientais, técnicos, do objeto de estudo e ordem ético-moral.

Para Martínez (2007) as limitações da ordem ambiental. Referem-se a situações ou condições contextuais do ambiente e às características dos sujeitos,

que podem afetar os resultados da pesquisa (nível sociocultural, idade, sexo, etc.). As condições ambientais na educação condicionam basicamente o processo de generalização, colocando limites ao escopo dos resultados da pesquisa. Qualquer extrapolação dos dados deve ser feita com extrema cautela. Sobre as limitações técnicas, esses são os limites que afetam a qualidade das informações coletadas, dos dados ou da medição. As observações e medidas são baseadas em manifestações externas cujo isomorfismo com a realidade educacional em estudo não é garantido. Esta seção também pode incluir a distorção causada por efeitos indesejados, uma vez que na própria situação ativa da pesquisa existem elementos que são difíceis de controlar (às vezes porque sua existência é desconhecida) e que devem ser identificados para neutralizar sua ação. distorcendo.

Em relação as limitações derivadas do objeto de estudo Martínez (2007) falam que às vezes, a própria natureza da realidade educacional dificulta a exploração. Surge o problema de saber se a pesquisa educacional deve considerar apenas a realidade empírica (observável) como seu próprio objeto ou se deve penetrar em outros tipos de realidades que exigem lucubrações não baseadas em informações extraídas diretamente da observação.

Sobre as limitações ético-morais, Best (1972) fala das pesquisas focadas no trabalho com seres humanos de forma alguma justificam tratá-los como um simples objeto de estudo, mas exigem que sejam considerados com respeito à sua integridade como ser humano. Os limites da ordem moral se referem ao freio que deve ser colocado em qualquer tipo de intervenção que possa ter um impacto negativo no próprio indivíduo, ou seja, em sua personalidade, intimidade, desenvolvimento emocional, intelectual, físico, etc. Isso significa que é necessário investigar a partir da consideração dos direitos inalienáveis da pessoa e, portanto, realizar um tipo de investigação que seja atribuída a uma posição moral legal.

2.2. Importância da pesquisa educacional

Existem vários fatores relacionados à educação nos quais a pesquisa tem um impacto impressionante. Fiorda (2010) fala que é por isso que é tão importante no campo educacional. Contribui com novos conhecimentos da perspectiva epistemológica, política, antropológica, cultural e tecnológica. Você não pode ignorar pedagogia, administração, economia, indústria e todas as áreas do conhecimento. Ao realizar pesquisas, são obtidos resultados e disseminado novo conhecimento, que permite ao educador solucionar situações de seu próprio ambiente. O profissional da educação precisa entender sua realidade, intervir nela, tomar decisões, produzir conhecimento e assumir uma posição crítica contra as teorias da ciência e da tecnologia. Também deve lidar com informações, cada vez mais rápidas e prolíficas.

Assim, a necessidade de pesquisar na educação e em instituições educacionais surge da curiosidade, que segundo Borsotti (2009), a partir do momento em que nos perguntamos sobre como as coisas funcionam, sobre os comportamentos das pessoas e instituições educacionais, sobre os efeitos que nossa prática produz educacionais ou sobre como podemos inovar e melhorar os resultados de nossas ações. A pesquisa nos ajuda a aumentar o conhecimento e tirar conclusões sobre a realidade, fenômenos e fatos que observamos; Ajuda-nos a analisar a relação que é estabelecida entre os elementos que compõem uma determinada situação educacional e, muitas vezes também, a tomar decisões sobre como intervir nessa situação para melhorá-la.

Por tanto, a combinação entre a gênese do conhecimento sobre o funcionamento da realidade que possibilita a pesquisa, juntamente com seu potencial de transformar a referida realidade por meio da inovação e do aprimoramento das práticas cotidianas, significa que, às vezes, nos referimos a ela com a expressão Pesquisa + Desenvolvimento (P&D). Essa expressão também é frequentemente usada para designar ações de pesquisa vinculadas a instituições de trabalho (centros educacionais, empresas etc.) e investimento

econômico em pesquisa, seja com recursos públicos ou privados, para financiar e promover melhorias nas práticas trabalhistas, nos produtos deles derivados e, finalmente, na inovação. Por esse motivo, também é comum falar de iniciativas que promovam Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P + D + I).

Para Echeverría (2004), no campo da educação, isso se traduz, entre outras coisas, no aprimoramento de práticas educacionais, aprendizado, ensino, dinâmica de interação na família, nas salas de aula, nas escolas, no desempenho acadêmico do corpo discente e na qualidade educacional alcançada em um determinado centro ou instituição educacional, ou com uma política ou programa educacional específico em nível local, regional, nacional ou mesmo internacional.

Tendo em vista os benefícios potenciais da pesquisa, considera-se necessário que o conhecimento e as descobertas obtidas sobre os procedimentos a serem utilizados para melhorar práticas e produtos educacionais sejam disseminados para que atinjam o número máximo possível de beneficiários. Portanto, após a realização da investigação, é necessário escrever um relatório de investigação. Sua leitura pode ser útil para pessoas interessadas em colocar em prática o conhecimento obtido em suas áreas de trabalho após adaptá-las às suas características: não se deve esquecer que cada contexto educacional é diferente de outro e que é conveniente adaptar o conhecimento ao formas específicas de operação que governam cada uma delas. Esse melhor conhecimento da situação analisada fornecida pela pesquisa facilitará a avaliação para estabelecer se ocorrem ou não deficiências após a comparação com um critério ou padrão (avaliação), além de facilitar a identificação dos fatores que a influenciam. determinar seu comportamento (diagnóstico), que em alguns casos pode ser deficiente de acordo com as expectativas e em outros não. Essa possibilidade oferecida pela pesquisa para avaliar e diagnosticar facilita os processos subsequentes de tomada de decisão sobre o que deve ser feito com a situação analisada: em alguns casos, quando a situação não está presente,

medidas de empoderamento podem ser tomadas para que a situação possa alcançar um desempenho ainda melhor. Essas ações, por sua vez (TRAVERS, 2009).

No campo da educação, podemos ver que existem várias estratégias que podem ajudar os professores a maximizar a eficácia de seu ensino. Muito do que foi descoberto por meio de pesquisa experimental foi de grande ajuda no campo da educação para elaborar estratégias e programas de treinamento de professores que abordem alguns dos problemas mais comuns encontrados nessa área. No foco da pesquisa experimental no ensino, foi descoberto, por exemplo, após uma infinidade de observações em sala de aula e o uso de categorias pré-estabelecidas, que os alunos se concentraram mais na tarefa que lhes fora atribuída. Confiadas ao professor, obtiveram melhores resultados do que aqueles que não se concentraram por tanto tempo na tarefa. Com o uso de grupos de controle, foi possível verificar se realmente havia diferenças nos resultados dos testes padronizados de crianças nas salas de aula em que o professor aplicou técnicas, estratégias ou metodologias sugeridas como resultado de pesquisas experimentais.

Para Elliot (1978), à medida que a pesquisa experimental progride na sala de aula, identificam-se padrões de comportamento mais ou menos generalizados que se correlacionam com a melhoria na área de desempenho acadêmico do aluno. Isso identifica comportamentos de professores e professores e alunos que são desejáveis e aqueles que não são porque não estão necessariamente correlacionados com o aprimoramento acadêmico. Dentro deste modelo experimental, a perspectiva fenomenológica das pessoas que manifestam os comportamentos observados não é levada em consideração. Os processos de pensamento, as intenções dos atores dentro da sala de aula não são levadas em consideração pelo paradigma experimental. O que conta são apenas os comportamentos observáveis e codificáveis pelo pesquisador em uma de suas categorias pré-estabelecidas.

O desenho da pesquisa educacional segundo Martínez (2007) deve levar em consideração os critérios do projeto de modernização educacional em termos de relevância, integridade, flexibilidade e pluralidade. O aprendizado destinado a estudantes em uma região específica deve responder à realidade específica desses alunos, levando em consideração todos os fatores que moldam sua personalidade e interesses. Os programas educacionais e seus conteúdos precisam se adaptar à realidade do professor, do aluno e às condições regionais e locais dos centros educacionais. Eles devem incluir conhecimentos científicos gerais e populares, relacionando-os para ajudar o aluno a interpretar seu ambiente do local para o nacional, para uma concepção de seu lugar como indivíduo no mundo.

A realidade concreta do que acontece na sala de aula deve ser consistente com o ambiente da escola e da comunidade onde ela se manifesta. O processo para detectar necessidades educacionais nos contextos sociais e culturais de nosso país requer uma metodologia de pesquisa interpretativa e indutiva, como parte da abordagem da modernização educacional.

Precisamos de modelos de formação para educadores, onde a pesquisa desempenha um papel primordial desde os primeiros semestres. Com esse tipo de esforço que une educação e pesquisa, podemos começar a enfrentar os desafios que nos aguardam e transformar nossa realidade para uma sociedade mais justa, responsável e humana (ECHEVERRÍA, 1994).

Portanto, diante de uma situação educacional interessante de conhecer com certo rigor e profundidade, será necessário analisar suas características por meio de pesquisas, identificar os fatores que a influenciam e condicionam, entender as interações que ocorrem entre esses fatores e, se possível, estabelecer as causas que determinam a aparência de certos comportamentos ou efeitos (diagnóstico), para que posteriormente, se aplicável, seja possível a tomada de decisões sobre o tipo de intervenção a ser realizada na referida situação.

Esses motivos ajudam a entender a conveniência de pesquisar em Educação para saber em que consistem os processos educacionais, seja individual, grupal, institucional ou ambiental, suas características e fatores determinantes, a fim de orientar melhor as intervenções educacionais (sejam elas empoderamento, aconselhamento, classificação, seleção ou modificação) e, em suma, possibilitar melhorias em situações educacionais, nos processos envolvidos e nos produtos obtidos.

Isso leva a considerar a necessidade de formar professores, educadores e outros profissionais relacionados em teorias, métodos e técnicas de pesquisa, para que, se necessário, possam analisar e interpretar sua própria prática ou a de outras pessoas em seus contextos profissionais com o para melhorá-lo (MARTÍNEZ, 2007)

A pesquisa educacional baseia-se na necessidade de propor e desenvolver projetos de pesquisa que visem analisar e elevar a qualidade da prática de ensino que ocorre nas escolas. A ligação entre ensino e pesquisa é considerada sob duas perspectivas gerais: pesquisa de ensino, referente a estudos sistemáticos para fins de avaliação e superação da prática de ensino em termos de: a) métodos e técnicas de ensino; b) alcance dos objetivos de aprendizagem; c) meios didáticos de apoio; d) tipo e qualidade dos materiais utilizados no ensino, etc. Pesquisa para o ensino, referente a estudos relacionados a: a) necessidades de formação de professores; b) criação e desenvolvimento de cursos que atendam a essa necessidade; c) elaboração de perfis profissionais; d) estruturação e avaliação de currículos acadêmicos, etc. Com esses critérios, pretende-se apontar a importância da pesquisa educacional para a prática docente, apoiada na pesquisa diagnóstica, é essencial conhecer até que ponto os professores investigam a matéria que ensinam e usar a pesquisa para apoiar o processo de ensino-aprendizagem que realizam.

O exposto acima parte da consideração de que o conhecimento profundo do tipo de prática de ensino desenvolvida nos permitirá analisar as necessidades

de vincular o professor ao exercício de pesquisa; bem como para determinar a eficiência da sua prática de ensino e o conhecimento que você tem sobre a metodologia da pesquisa educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de melhoria e desenvolvimento da educação em nosso país constitui um desafio difícil e de vital importância. A seleção de metodologias de pesquisa adequadas para enfrentar esse desafio é imperativa. Esse desafio requer o treinamento de pesquisadores comprometidos com a realidade social em que vivem e com uma visão do processo de pesquisa como uma tarefa de serviço, e não como um exercício intelectual realizado a partir de uma torre de marfim para sua satisfação individual. Também requer conhecimento sistemático e coerente na área de pesquisa qualitativa.

É necessário considerar a necessidade de formar professores, educadores e outros profissionais relacionados em teorias, métodos e técnicas de pesquisa, para que, quando apropriado, possam analisar e interpretar sua própria prática ou a de outras pessoas em seus contextos profissionais, a fim de para melhorá-lo.

Portanto, a pesquisa educacional é uma atividade que gera o desenvolvimento de habilidades para o trabalho intelectual e do conhecimento e, por meio delas, os alunos analisam, conhecem e transformam sua realidade, ou seja, constroem seus conhecimentos. Atualmente, a pesquisa pode usar vários centros de pesquisa, a maioria deles conectados uns aos outros e aos usuários através de redes telemáticas. A extraordinária liberdade de expressão e acesso à informação que a Internet permite representa uma revolução no mundo da comunicação com consequências inesperadas. Em outra ordem, note-se que a realidade educacional, por sua própria natureza, está atualmente sujeita a limites de várias ordens, tais como: ambientais, técnicas, derivadas do objeto de estudo e de natureza ética ou moral.

REFERÊNCIAS

ALBERT, GMJ 2009. **Pesquisa educacional**. Chaves teóricas. Mc Graw-Hill. Espanha.

BEST, J. W. **Como pesquisar em educação**. Ed. Morata. Madrid. 1972.

BORSOTTI, Carlos. **A situação problemática**. O problema de pesquisa, Universidade de Planilhas de Luján, Buenos Aires, Argentina, 2009.

ECHEVERRÍA, E., A importância da pesquisa no campo da educação. Synectics, 2004.

ELLIOT, J. "O que é pesquisa-ação na escola?". Journal of Curriculum Studies, 1978.

FIORDA, MCS. **A Importância da Pesquisa no Campo da Educação Eletrônica**. Ensaio enviado como requisito parcial para o curso EDUC603 Dra. Edith M. Santiago Campus Universitário do Caribe da Carolina EE. EUA, 2010.

FREIRE, Paulo. "**Educação como prática de liberdade**". Editores do século XXI, México, 1988.

MARTÍNEZ, GRA. **A investigação na prática educacional: guia metodológico da investigação para o diagnóstico e avaliação nos centros educacionais**. Ministério da Educação e Ciência Direção Geral de Educação, Formação Profissional e Inovação Educacional Centro de Documentação e Pesquisa Educacional (CIDE) Coleção de Pesquisa No 5. Editado: © Secretaria Técnica Geral. Madrid, 2007.

STENHOUSE, L. **Pesquisa e desenvolvimento curricular**. Ed. Morata. Madrid, 1984.

TRAVERS, R. M. W. **Introdução à pesquisa educacional**. Paidós. Bons ares, 2009.

ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA: SUA IMPORTÂNCIA NO PLANO DE NEGÓCIOS EMPREENDEDOR PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

José Augusto Albino Ângelo⁹

Edival Dan¹⁰

Paulo Candido Damasceno¹¹

Yara Figueiredo Dan¹²

Jacqueline da Silva¹³

RESUMO

A intenção deste material é discutir a despeito da temática empreendedorismo, plano de negócio e sustentabilidade econômica por meio de uma revisão bibliográfica com vistas a abordagem epistemológica. Para isso, utilizou autores como Bachelard (1971), Henrich (1971), Filion (1999) e Porter (1979). A intenção foi demonstrar que a base epistemológica do empreendedorismo é fundamental para que se entenda a temática com base da ciência, uma vez que tanto o tema quanto a aplicação dele no meio social de forma acadêmica é recente. As inquietações foram demonstradas por meio de subcapítulos que abordam os temas: o empreendedorismo, suas origens, a sua relação na temática internacional, o planejamento estratégico e o plano de negócio, além da discussão da importância do plano de negócio para a sustentabilidade econômica das empresas, independentemente do tamanho desta. O material apontou a importância de compreender as fases do planejamento do plano de negócio para que as empresas possam se organizar e dessa forma conseguir sobreviver no universo do empreendedorismo, além disso, evidencia que as empresas que apostam no plano de negócio tem mais possibilidade de conseguir a sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Plano de Negócio; Sustentabilidade; Epistemologia.

ABSTRACT:

The intent of this material is to discuss despite entrepreneurship, business plan and economic sustainability through an epistemological approach. For this, it used authors such as Bachelard (1971), Henrich (1971), Filion (1999) and Porter (1979). The intention was to demonstrate that the epistemological basis of

⁹ Doutorando - UDS/P

¹⁰- Professor - UFRRJ/BR - UDS/PY

¹¹- Mestrando - UDS/PY

¹²- Professora - UFRRJ - Doutoranda - UDS/PY

¹³ Mestranda - UDS/PY

entrepreneurship is fundamental for understanding the science-based theme, since both the theme and its application in the social environment is recent. The concerns were demonstrated through subchapters that address the themes: entrepreneurship, its origins, its relationship in the international theme, strategic planning and the business plan, as well as the discussion of the importance of the business plan for the economic sustainability of companies, regardless of its size. The material pointed out the importance of understanding the phases of business plan planning so that companies can organize and thus be able to survive in the universe of entrepreneurship. Moreover, it shows that companies that bet on the business plan are more likely to be able to economic sustainability.

Keywords: Entrepreneurship; Business plan; Sustainability; Epistemology

1. INTRODUÇÃO

Epistemologia é o estudo do conhecimento. “A epistemologia se interessa pelos fundamentos da ciência” (QUINE, 1989, 91). Bonge (1980), Bombassaro (1992), Bochiak (1992), Japiassu (1998) e Bachelard (1971) são exemplos de autores que tratam sobre o assunto. Este último, considerado um importante pensador da filosofia moderna atribui a epistemologia a uma ligação intensa com o racionalismo.

[...] o racionalismo é a consciência de uma ciência retificada, de uma ciência que tem a marca da ação humana, da ação refletida, industriosa, moralizante. [...] Resta-nos provar que as regiões do racional nas ciências físicas se determinam numa experimentação numeral do fenômeno. É aí, e de nenhum modo à superfície dos fenômenos, que se pode sentir a sensibilidade da adaptação racional. (BACHELARD, 1971, p. 35).

Japiassu (1998, p. 27) atribui a terminologia uma questão evolutiva. "Devemos falar hoje em conhecimento-processo e não mais em conhecimento-estado. Se nosso conhecimento se apresenta em *devoir*, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior". Ele diz que cabe a epistemologia conhecer e analisar as etapas que estruturam esse *devoir* de uma forma que esse conhecimento seja sempre provisório e dessa forma sempre com possibilidade de mudança. Henrich (1971, p. 68) explica:

[...] A epistemologia exige pressupostos explícitos sobre o que é importante em relação ao assunto; essas avaliações são controladas retrospectivamente à luz da experiência de pesquisa para saber se elas contam para o conhecimento *sui generis* ou se o que se sabe é uma reação arbitrária e emocional à realidade em questão.

É fato que a epistemologia tem uma característica multidisciplinar pois ela associa os conhecimentos: lógicos, linguístico, sociológico, ideológico e antropológico. Dessa forma, aborda-se neste trabalho os conceitos epistemológicos da administração e por meio desta busca-se, por meio de uma revisão bibliográfica, problematizar o plano de negócio no contexto atual, uma vez que as mudanças globais exigem do empreendedor cada vez mais para manter-se no mercado. Esse material apresenta uma abordagem a despeito do plano de negócio no melhor desempenho do caráter empreendedor em busca da sustentabilidade econômica. Para isso, busca os conceitos epistemológicos em questão.

2. EPISTEMOLOGIA DO TERMO EMPREENDEDORISMO

Embora recente no âmbito acadêmico, o empreendedorismo existe de forma não tão nova. Se buscarmos no início da história é possível perceber que o homem já tinha características empreendedoras desde a pré-história. Ele precisava sempre inovar e reinventar maneiras para caça e constantemente a garantia da sobrevivência. Ainda no século XVII, Adam Smith dizia que uma das características natas do capitalismo era a busca do auto interesse e a cooperação. Muitos estudos abarcam o tema. Em nível global, percebe-se aumento do interesse pela temática. A busca por uma definição única para o empreendedorismo esbarra no problema de que por si só a terminologia é múltipla. Porém, é sabido que foi o francês Richard Cantillon o primeiro a utilizar a nomenclatura. Isso ocorreu no contexto da teoria econômica. Antes disso, a terminologia tinha outro significado e estava relacionada a expedições militares. Davi (2004) afirma que o termo empreendedor é uma derivação de *emprender*,

termo surgido em Língua Portuguesa no século XV e que tem origem no latim “*imprehendere*”.

Filion (1999) ao se referir ao tema empreendedor, diz que ele é alguém que idealiza desenvolve e executa uma visão. Hisrich e Peters (2004, p. 52) dizem que “Empreendedorismo é o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes”. Dornelas (2012), acredita que empreendedor é aquele que percebe uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo todos os riscos envolvidos nesse processo.

Hirschman (1958) ressalta:

[...] A habilidade empreendedora inclui, também, a capacidade de “operacionalizar acordos entre todas as partes interessadas, tais como o inventor do processo, os parceiros, o capitalista, os fornecedores de peças e serviços, os distribuidores, [...] de garantir a cooperação de agências governamentais [...], de manter relações bem-sucedidas com os trabalhadores e o público”. (HIRSCHMAN, 1958, p. 17)

O empreendedor pode ser encarado como uma pessoa que tem a habilidade de identificar uma visão projetada do seu negócio que faça enxergar além dos limites da restrição de recursos e identificar as oportunidades que outros não seriam capazes de enxergar (KEOGH e POLONSKY, 1998; FILLION, 1999 e DOLABELA, 1999).

Depois da consolidação da terminologia a mesma se consagrou por meio de teorias. O primeiro a estabelecer relações concretas sobre elas foi Jean-Baptiste Say e a partir de então passou a ser conhecido como o “pai do empreendedorismo”. Porém, a criação do campo do empreendedorismo é atribuído a Joseph Schumpeter (1883-1950) cuja obra associa o desenvolvimento econômico aos empreendedores e estes à inovação (FILION, 1999)

[...] Enquanto Schumpeter, Higgins, Baumol, Schloss, Knigt, Innis, entre outros, procuravam compreender o papel do empreendedor no desenvolvimento econômico Taylor, Fayol, Ford, Hoxie, Locke, Bentham, Simon, March, Olsen, Weick, Follett, Mayo, Roethlisberger,

Dickson, Barnard, entre tantos outros, buscavam compreender as bases da administração moderna e entender a organização e seus conflitos internos como forma de estruturar e racionalizar a empresa, aumentando a lucratividade e diminuindo os custos (MOTTA e VASCONCELOS, 2006, p. 72)

“O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade” (Hisrich e Peter, 2004, p. 33). Dolabela (2006, p.26) atribui a seguinte definição ao termo:

[...] É uma livre tradução que se faz da palavra *entrepreneurship*, que contém as ideias de iniciativa e inovação. É um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar. O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar consequências.

Dantas (2008), na tentativa de sintetizar o pensamento de diversos autores que tratam sobre o assunto, apresenta o quadro abaixo:

Quadro 1: Contribuições para o entendimento do empreendedorismo

| Ano | Autor | Contribuição |
|------|-----------------|---|
| 1961 | Mc Clelland | Identifica três necessidades do empreendedor: poder, afiliação e sucesso (sentir que se é reconhecido), e afirma que: “o empreendedor manifesta necessidade de sucesso”. |
| 1966 | Rotter | Identifica o <i>locus</i> de controle interno e externo: “o empreendedor-manifesta <i>locus</i> de controle interno”. |
| 1970 | Drucker | O comportamento do empreendedor reflete uma espécie de desejo de uma pessoa em colocar sua carreira e sua segurança financeira na linha de frente e correr riscos em nome de uma ideia, investindo muito tempo e capital em algo incerto. |
| 1973 | Kirsner | “Empresário é alguém que identifica e explora desequilíbrios existentes na Economia e está atento ao aparecimento de oportunidades”. |
| 1982 | Casson | “O empreendedor toma decisões criteriosas e coordena recursos escassos”. |
| 1985 | Sexton e Bowman | “O empreendedor consegue ter uma grande tolerância à ambiguidade”. |
| 1986 | Bandura | “O empreendedor procura a autoeficácia: controle da ação humana através de convicções que cada indivíduo tem, para prosseguir |

| | | |
|------|----------------|--|
| | | autonomamente na procura de influenciar a sua envolvente para produzir os resultados desejados”. |
| 2002 | William Baumol | “O empreendedor é a máquina de inovação do livre mercado”. |

Fonte: Dantas (2008)

2.1 O empreendedorismo na política internacional

O empreendedorismo está atrelado a administração e pode ser favorecido por meio do plano de negócio. Essa lógica da importância do empreendedorismo na sobrevivência como um todo na economia capitalista é vista por diversos organismos internacionais. Começaremos falando sobre as premissas da A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta entidade, de relevância internacional, entendeu que o empreendedorismo é de magnitude tão grande que é necessário que ele seja abordado na educação, como a educação empreendedora. O mesmo órgão elegeu quatro áreas-chave como principais para este tipo de educação, são elas; a) incorporação do empreendedorismo na educação e treinamento, b) o desenvolvimento curricular, c) o desenvolvimento do professor e d) o engajamento com o setor privado (UNCTAD, 2011). Essas premissas são explicitadas pela UNESCO como recomendações para a educação no século XXI.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) também reconhece a importância da temática empreendedora no contexto internacional. Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição reconhecida internacionalmente, com sede em Washington D.C. com buscas a desenvolver o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, em uma publicação pontuou:

[...] fomentar a modelagem de um mundo onde há um novo espírito a ser empregado (...) Precisamos de empreendedores que não cessem seus esforços para trazer seus objetivos para a realidade feliz e para seus sonhos de mover o mundo (...) Uma estrutura comprometida com a tarefa de criar programas voltados para apoiar jovens capazes de enfrentar desafios e transformá-los em oportunidades, e aqueles que

decidem aproveitá-los criativamente, desenvolvendo empresas produtivas que respondam aos grandes problemas do desenvolvimento social e econômico em seus países (...) Não se pode duvidar da necessidade de criar regiões com maior impulso, ou seja, uma sociedade que possa aproveitar as qualidades do jovem, especialmente seu potencial de criatividade, inovação e realização. (BID, 2004, ONLINE).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que entre outras funções auxilia os países em desenvolvimento em suas causas econômicas, também, atribui ao aspecto empreendedor nuances de grande importância no contexto do desenvolvimento dos países. No ano de 2006 a então organização em parceria com a Agência de Estatística da Comissão Europeia (Eurostat) criaram o *Entrepreneurship Indicators Programme* (EIP). A intenção com essa criação foi o desenvolvimento e posteriormente a incorporação dos dados classificados sobre o empreendedorismo que de alguma forma sejam comparáveis de forma global.

O modelo que foi criado estabeleceu três categorias de análises, são elas: determinantes, desempenho e impactos do empreendedorismo. Esse modelo exclui o empreendedorismo social.

O documento divulgado pela OCDE (2010) estabelece que na categoria de indicadores determinante do empreendedorismo sinalizam os governantes as condições que seriam consideradas ideais para o processo de empreendedorismo. Os indicadores do desempenho empreendedor buscam mensurar a quantidade e o tipo de empreendedorismo existente na região.

Ahmad e Hoffmann (2008) explicam que a adoção por parte da OCDE dos referidos indicadores são indicadores que podem ser encontrados apenas nos países que pertencem ao referido programa. Porém, sabe-se que para implantação de políticas públicas, os indicadores da OCDE são utilizados grandemente como referência.

2.2. O planejamento estratégico e o plano de negócio

Os estudos epistemológicos acerca do empreendedorismo abarcam também o planejamento estratégico. É consenso entre os autores que estudam o empreendedorismo que para um determinado empreendedor conseguir alcançar o sucesso é preciso ter um diferencial no mercado, para isso é necessária a definição de oportunidades e calcular os riscos. A partir disso, os autores comungam do pensamento que é necessário organização e para isso sugerem o plano de negócio.

A correlação do Plano de Negócio no viés epistemológico relaciona-se com a epistemologia da administração, uma vez que ele é uma ferramenta desta vertente de pensamento. Sobre isso, Martinet (1990) faz uma ligação entre à epistemologia geral e a epistemologia da administração. Isso ocorre quando o autor examina as questões que ao longo do tempo veem marcando o debate epistemológico. O referido autor prega a “abertura do método” e ressalta: “o que importa é a construção de enunciados razoáveis, comunicáveis, discutíveis pelo duplo jogo da experiência (mais do que pela experimentação) e do exercício das lógicas. Aos cientistas cabe conceber e declarar seus métodos, os quais representem sempre um sujeito que caminha, um território mais que um objeto, um caminho, um percurso” (MARTINET, 1990, p. 27).

Este mesmo autor faz um estudo epistemológico em relação a estratégia empresarial.

[...] Toda enunciação estratégica deliberada faz nascer comportamentos e ações não estritamente desejados, que de forma incremental farão emergir uma estratégia diferente, ou que toda tentativa de homogeneização deslança processos de heterogeneização. É, então, necessário que a reflexão seja capaz de pensar a coexistência dos contrários. [...] Salvo a se degenerar em exercício tecnocrático, a estratégia não pode se apoiar exclusivamente no analítico, sequencial, serial, digital... [...] ela se arrisca a cair no imaginário puro, no mito, no fluido artístico (MARTINET, 1990, p. 234)

No Brasil, o assunto relacionado a epistemologia da administração tem tido significativa relevância entre os autores. A racionalidade das ciências humanas leva ao consenso as questões epistemológicas da administração se correlacionam com o quesito organização no sentido nato. Sabe-se que a organização é fator importante para o sucesso de um empreendimento. Mintzberg et al (1996, p. 79) explicam que organizar com o objetivo de atingir determinadas metas é fundamental. Mas os mesmos autores falam sobre a importância da organização no contexto de organização estratégica que de acordo com eles envolve “a Missão, Visão e Objetivos da organização e todos os esforços e planos elaborados com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos”.

Poter (1979) acredita que a estratégia deve ser criada para ser competitiva. O autor atribui a estratégia um conjunto de atividades de uma empresa que serão responsáveis pela entrega de um composto, cujo valor é único e diferente de seus concorrentes. Chiavenato (2005, p.127) acredita que o resultado do planejamento estratégico é o plano de negócio. “Todos os planos têm um propósito comum: a previsão, a programação e a coordenação de uma sequência lógica de eventos, os quais, se bem-sucedidos, deverão conduzir ao alcance do objetivo que se pretende.”

Dolabela (1999) acredita que o plano de negócio por si só não garante o sucesso do empreendimento, porém, permite decisões mais acertadas e menos possibilidade de erro. Rosa (2007, p. 08) pondera:

[...] Um plano de negócio é um documento que escreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado.

Para Chiavenato (2005), o Plano de Negócios é uma viabilização antecipada do empreendimento baseada em dados e informações. De acordo com o autor, para a elaboração de um Plano de Negócios sólido é preciso, pesquisa e

conhecimento sobre o mercado no qual o empreendimento estará inserido. Isto porque, ao se desenvolver tal documento, são necessárias bases históricas e projeções confiáveis para que ele seja sólido. Dornelas (2013, 90) evidencia três fatores que devem ser levados em consideração na questão do planejamento:

[...] Toda empresa necessita de um planejamento do seu negócio para poder gerenciá-lo e apresentar sua ideia a investidores, bancos, clientes etc.; 2. Toda entidade provedora de financiamento, fundos e outros recursos financeiros necessita de um plano de negócios da empresa requisitante para poder avaliar os riscos inerentes ao negócio, e 3. Poucos empresários sabem como escrever adequadamente um bom plano de negócios. A maioria destes são micro e pequenos empresários e não tem conceitos básicos de planejamento, vendas, marketing, fluxo de caixa, ponto de equilíbrio, projeções de faturamento etc. Quando entendem o conceito, geralmente não conseguem colocá-lo objetivamente em um plano de negócios.

O mesmo autor afirma que o plano de negócio pode ser de três maneiras: completo, resumido e operacional e o conhecimento do público alvo é determinante para a definição de qual modelo de plano é mais cabível para determinado empreendimento. No entanto, é importante dizer que não existe uma estrutura rígida e específica para escrever um plano de negócio.

2.3 Modelos de plano de negócio

É de Goldman (2004) a afirmação que existem dois tipos de conhecimento: o teórico e o prático. A divisão deste tipo de conhecimento pelo autor, leva a definição de que o primeiro (teórico) está voltado para esses tipos de classificação: conhecimento das disciplinas, pedagógico, didático e curricular. O segundo (conhecimento prático) são aqueles adquiridos em uma situação de trabalho. Ou seja, fruto das experiências diárias da profissão. Esse tipo de conhecimento é também chamado de empírico. Percebe-se, na prática, que muitos empreendedores brasileiros ao iniciar um empreendimento o fazem por meio do conhecimento empírico, porém, é fato que o conhecimento teórico é de grande relevância para o sucesso e manutenção dos empreendimentos.

Uma ideia empreendedora tem mais possibilidade de ser viabilizada

com sucesso se tiver um direcionamento. Existem ferramentas importantes para isso e uma delas, a qual destacamos neste material, é o Plano de Negócio. Uma maneira de aplicar o conhecimento teórico e o prático. De acordo com Dornelas (2018, p. 95) “O Plano de Negócio é um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócio que sustenta a empresa. Sua elaboração envolve um processo de aprendizagem e autoconhecimento e ainda permite ao empreendedor situar-se no seu ambiente de negócios”.

O Plano de Negócios direciona o empreendedor a entender sobre o ambiente de negócio, estratégias, objetivos, organização, competências, estruturas e investimentos para a viabilidade do empreendimento. Bernardi (2009) afirma que para desenvolver um Plano de Negócio é necessário o cumprimento de cinco etapas: a ideia e concepção do negócio; coleta, preparação de dados; análise dos dados; montagem do plano e avaliação do plano.

[...] O plano de negócio é a descrição, em um documento, da oportunidade de negócio que o candidato a empreendedor pretende desenvolver, como a descrição do conceito do negócio, dos atributos de valor da oferta, dos riscos, da forma como administrar esses riscos, do potencial do lucro e crescimento do negócio, da estratégia competitiva, bem como o plano de marketing e vendas, o plano de operação e o plano financeiro do novo negócio, com a projeção do fluxo de caixa e o cálculo da remuneração esperada, além da avaliação dos riscos e o plano para superá-lo (DEGEN, 2009, p. 209).

Chiavenato (2012) reitera que o Plano de Negócio exige de uma pesquisa exaustiva de todos os componentes que vão fazer parte do Plano de Negócio, tanto das questões consideradas internas quanto as externas. Porém, o Plano de Negócio não é segue um modelo único, ele tem possibilidades de diversificação. No entanto, alguns itens são fundamentais para o desenvolvimento da maioria dele e são conhecidos como as cinco forças de Porter.

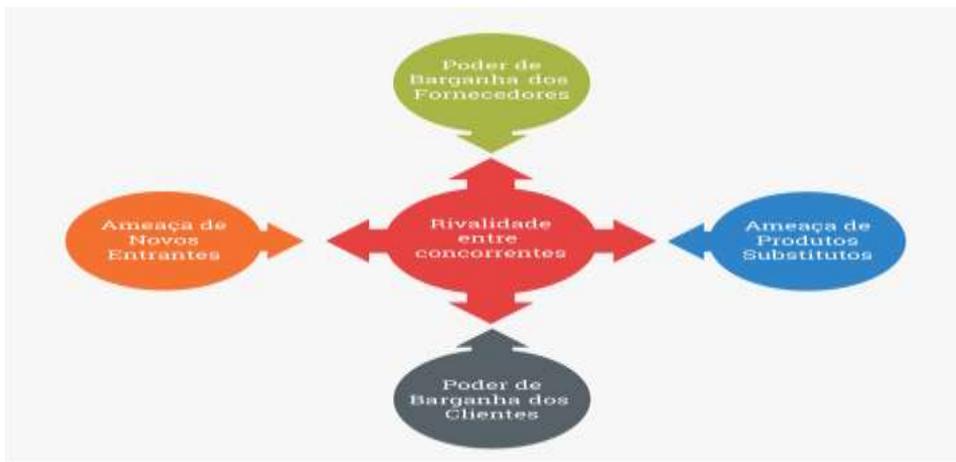
2.4 As Forças de Porter

É de Porter (1979) a informação que o ambiente deve ser levado em consideração como estratégia competitiva. O autor enfatiza que é no ambiente

que se encontra as forças sociais e econômicas. Porter (1979) é claro na premissa de que o que traz uma vantagem competitiva é sempre a vantagem de lidar com a concorrência. Para ele, a concorrência pode estar atrelada tanto aos clientes e fornecedores, por exemplo. Porém, o que Porter (1979) consagra e suas discussões é que a intensidade da concorrência supera o comportamento daqueles que normalmente se classifica como concorrente e para explicar melhor o seu pensamento ele elege cinco forças: poder de negociação dos compradores, ameaça de novos entrantes, poder de negociação dos fornecedores, ameaça de produtos substitutos, rivalidade entre as empresas existentes.

As 5 forças de Porter (1979) como são conhecidas são demonstradas na figura abaixo:

Figura 2: 5 forças de Porter



Fonte: adaptação do autor sobre Porter (1980)

O que Porter (1979) classifica como ameaça de novos entrantes em um setor ele afirma que acaba por trazer novas capacidades. A economia de escala, definida por Porter (1979) está relacionada a redução do valor unitário de um produto à medida em que o volume por período aumente. Não raro, as economias de escalas são classificadas das seguintes maneiras: técnicas, resultantes do uso de equipamentos mais eficientes; gerenciais, resultantes da divisão de gastos gerenciais fixos em uma produção mais elevada; decorrentes

da maior especialização do trabalho. O autor diz, também, que o interesse das empresas em maior investimento e inovação está relacionada a atratividade que ele tem. Ou seja, quanto maior for a possibilidade de inserção de uma empresa em um determinado setor, menor será o seu fator atrativo. Sobre esta questão o autor especifica sobre barreiras à entrada. E sobre estas, o classifica algumas: as economias de experiência, o grau de diferenciação do produto, o investimento de capital inicial entre outros.

Sobre a ameaça de produtos substitutos Porter (1979) as define como a principal variável responsável pelo estabelecimento dos preços. Ou seja, é quando os serviços e produtos oferecidos pela concorrência chegam mais próximas das necessidades dos clientes, porém, de uma maneira diferenciada.

A diferenciação do produto também é citada pelo autor. “a diferenciação é o processo de distinção de um produto ou serviço dos seus concorrentes” (GRIMM e MALSCHINGER, 2010, p. 72). Figueiredo (1983) aponta três pontos importantes na diferenciação do produto: a demanda, a oferta e a propaganda. Porter (1974) atribui a diferenciação uma dependência das necessidades dos consumidores. Sobre esse assunto, recorre-se a Kotler (2000)

[...] Podemos dizer que a empresa fornece qualidade sempre que seu produto ou serviço atende às expectativas dos clientes ou as excede. Uma empresa que satisfaz a maioria das necessidades de seus clientes durante a maior parte do tempo é denominada empresa de qualidade” (KOTLER, 2000, p. 79)

A necessidade de capital também é apontada por Porter (1979) como um fator importante. É esta necessidade a responsável pela criação de uma barreira uma vez que o novo entrante pode perceber altos custos e riscos para entrar em um determinado setor. Ou seja, é a necessidade de investir recursos para poder competir. Sem capital, não é possível manter os estoques, cobrir prejuízos entre outros.

O poder de barganha dos fornecedores, relaciona-se com o custo de mudanças também é considerado fator importante, uma vez que ele está relacionado ao custo que o consumidor terá para mudar de um produto ou de

um serviço. Esses custos são sistêmicos e podem envolver desde curso para treinamento de novos colaboradores a aquisição de novas tecnologias ou produtos. Porter (1979, p. 72) exemplifica: “são custos com que defronta o comprador quando muda de um fornecedor para outro”

O acesso aos canais de distribuição é visto pelo autor como uma barreira de entrada. Porém, o autor explica que existem desvantagens de custo independente de escala e, para isso, exemplifica com a tecnologia patenteada, a localização favorável, além da experiência. As empresas iniciantes terão custos inerentes mais altos.

Além disso, Porter (1980) estabelece que o deve ser levado em consideração em um Plano de Negócio, são: o poder de negociação dos compradores e dos fornecedores.

2.5. O Plano de Negócio e a sustentabilidade

A sustentabilidade é uma palavra muito utilizada nas questões relacionadas ao meio ambiente. Porém, a terminologia abarca uma dinâmica interdisciplinar. O desenvolvimento sustentável é previsto pela ONU (1987) e outros organismos internacionais, além disso, a terminologia foi citada pelo Papa Francisco na Encíclica Laudato Si. Porém, saindo da temática ambiental e aproveitando a questão sistêmica da terminologia é possível dizer que para sobreviver no universo competitivo atual, as organizações não podem mais se organizar de forma linear, mas sim, cíclica. A sustentabilidade econômica deve ser pensada para todo tipo de empresa, das maiores as menores. Sobre a terminologia Schumpeter (1997, p. 75) explica a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, o primeiro, crescimento econômico, está relacionado ao aumento da renda e o segundo, desenvolvimento econômico, abarca, também, as transformações sociais e políticas.

[...] Uma relação equilibrada entre os aspectos econômico, social e ambiental, prevendo a continuidade e a prosperidade da vida humana, levando em consideração o impacto do desenvolvimento nessas três dimensões. Ou seja, o conceito não se restringe ao tema da disponibilização de recursos econômicos, nem tampouco se refere apenas à preocupação romântica dos "amigos da natureza" com os problemas ecológicos causados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico (BOMFIM, 2004, p. 76).

É fato que o empreendedorismo traz um impacto social. Pensar o plano de negócio voltado a garantir o crescimento e desenvolvimento econômico, com certeza auxilia na sustentabilidade das empresas. Isto é, planejar um negócio é uma maneira sustentável de garantir a sobrevivência.

A estruturação de um plano de negócio deve focar em todas as etapas de desenvolvimento. Ou seja, é uma proposta de execução de um projeto, delineando seus custos, rentabilidade e exequibilidade do empreendimento, demonstrando as vantagens para o retorno dos recursos investidos (SIEGEL et al, 1991). A questão da sustentabilidade do empreendimento deve estar presente em todo o momento da construção do plano de negócio.

É sabido que as elevadas taxas de mortalidade das empresas sempre instigaram pesquisadores do tema. É consenso que o plano de negócio, quando elaborado de forma coerente e com atenção a todas as etapas, ajuda na sustentabilidade econômica das empresas. Chiavenato (2006), diz que o plano de negócios permite melhorar as condições de planejamento, organização, direção, avaliação e controle do negócio. É do mesmo autor a informação que 90% das novas empresas fecham as suas portas nos três anos seguintes à sua criação devido ao lançamento prematuro do novo produto ou serviço. Ou seja, um bom planejamento ajuda na sobrevivência. Dornelas (2005, p.101) explica que para a viabilidade de um bom plano de negócio é necessário levar em consideração, dentre outros: as diretrizes do negócio, o gerenciamento eficaz da empresa, o financiamento dos recursos de forma correta, além de estabelecer uma comunicação eficaz da empresa com o público. A estrutura do Plano de Negócio deve ser de acordo com o tipo de empresa, porém, o tamanho da empresa não

elimina a necessidade de um Plano. Ou seja, as micro e pequenas empresas não devem descartar essa ferramenta.

Resnik (1990) explica que quando os proprietários de pequenas empresas compreenderem que os fatores que levam o sucesso e o fracasso devem ser levados em consideração independentemente do tamanho do empreendimento, a sustentabilidade econômica fica mais próxima da realidade. Takisawa (2004) diz que algumas pessoas acreditam que por ser o empreendimento pequeno não há necessidade de um planejamento mais minucioso. Salim (et.al, 2005 p. 34) afirmam que algumas empresas funcionam com sucesso, por um tempo, mesmo não tendo um plano de negócio, mas, ele assegura que isso é arriscado. “é preciso um bom plano de negócios para que se possa transformar uma boa ideia ou uma oportunidade em um bom negócio”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica, evidenciou a importância do Plano de Negócio na sustentabilidade econômica das empresas, independentemente do tamanho que ela apresenta. Além disso, é possível inferir após a conclusão deste que não basta apenas ter um espírito empreendedor, ou apenas, visão empreendedora. Para um empreendimento ter menos possibilidade de erro o investimento em um Plano de Negócio é sempre salutar.

[...] Muitas horas de elaboração devem resultar em um documento abrangente, bem redigido e bem organizado que servirá como guia para o empreendedor e como um instrumento para obter o capital e o financiamento necessários (PETERS; HISRICH, 2004, p. 227)

Ou seja, a gestão do planejar é de singular importância para a sobrevivência das empresas que independente do seu ramo ou tamanho conseguirá com menos possibilidade de erro a sustentabilidade econômica investindo em um Plano de Negócio.

REFERÊNCIAS:

AHMAD, N., E HOFFMANN, A. N. *A framework for addressing and measuring entrepreneurship*. Paris: Organization for Economic Co-Operation and Development - OECD. (2008).

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BERNARDI, M. A. **Pai nobre, filho pobre? Nem sempre**. Revista Exame, ano 27, no 583, 10 maio. 2009.

BOCHNIAK, R. **Questionar o Conhecimento**. São Paulo: Loyola, 1992.

BOMBASSARO, L. C. **As Fronteiras da Epistemologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BOMFIM, L. A. **Sustentabilidade e as Organizações da Sociedade Civil: o campo, a estratégia e a técnica**. Disponível em:
<<http://www.labsocial.com.br/sustentasite.html>> Acesso em: 14 abr. 2019.

BUNGE, M. **Epistemologia**. São Paulo: Quieroz Editor, 1980.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier 2005.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2012.

DAVID, D.E.H. **Intraempreendedoríssimo social: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

DEGEN, R. J. **O Empreendedor. Empreender como Opção de Carreira**. Ed Pearson Prattice Hall, 2009: São Paulo.

HENRICH, S, **Discussion on Value- Freedom and Objectivity**, in Otto Stammer (ed.), *Max Weber and Sociology Today*. New York: Harper e Row, 1971

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. 1 Ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. ed. São Paulo: Elsevier. 2012.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. *Revista de Administração – USP*, 1999.

GRIMM, A; MALSCHINGER, A. Diferenciação de Produtos. Lifelong Learning Programme. Austrian Marketing University of Applied Sciences 2010.

GOLDMAN, P. **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4a Edição. São Paulo: Editora PINI, 2004

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Connecticut: Yale University Press, 1958.

HISRICH, R. D., e Peter, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman

JAPIASSU, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1988.

KEOGH, P.D.; POLONSKY, M.J. *Environmental commitment: a basis for environmental entrepreneurship?* Journal of Organizational Change Management, Volume 11 Number 1 1998 pp. 38-49, 1998

KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MARTINET A.C., *Grandes questions épistémologiques et sciences de gestion*, In: Epistémologies et sciences de gestion, coord. par A.C. Martinet, p. 9-29, Economica, Paris, 1990.

MINTZBERG, H. *The structuring of organizations: A synthesis of the research*. New Jersey: Prentice Hall. 1996.

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Thomson, 2006

PETERS, M. P.; HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, M. E. *How competitive forces shape strategy*. *Harvard Business Review*, 137+, Mar./Apr. 1979.

QUINE, W.V. **Relatividade Ontológica e outros ensaios**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1989.

ROSA, C. A. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007

SALIM, Cesar Simões et al. **Construindo Planos de Negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

SIEGEL, E. S.; SCHULTZ, L. A.; FORD B. R.; CARNEY, D. C. *Guia da Ernst & Young para desenvolver o seu Plano de Negócios*. Rio de Janeiro, Record, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. (L. Schlaepfer, Trad.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Obra original publicada em 1911).

TAKISAWA, Takeshy; FARIA, Marilia de Sant'Anna. **Criação de Novos Negócios: gestão de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

UNCTAD, S. Entrepreneurship Conference on Trade and Development (UNCTAD). Geneva (2011). Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ciimem1d9_en.pdf . Acesso em setembro de 2019.

Accessed on June, 2019

Documentos

Banco Interamericano de Desarrollo. **El Nuevo rostro Empresarial: Indagación sobre el Empresariado Juvenil en América Latina y el Caribe**. Banco Interamericano de Desarrollo, Colômbia, 2004.

LIDERANÇA EDUCACIONAL E SEU PAPEL NA MELHORIA: UMA REVISÃO ATUAL DE SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Luiz Antonio Miranda¹⁴

RESUMO

A literatura sobre eficácia e aprimoramento escolar destacou o papel crítico desempenhado pelo diretor na organização de boas práticas pedagógicas nas escolas e no aumento dos resultados de aprendizagem. A pesquisa atual é revisada sobre como a liderança educacional é um fator importante na melhoria dos resultados. O estudo busca compreender se os diretores foram capazes de influenciar a melhoria da prática de ensino; os rumos da pesquisa atual e das políticas educacionais agora aprimoram a liderança pedagógica. O gerenciamento da aprendizagem precisa ir além da liderança do principal da escola, ampliar e avançar em direção a uma perspectiva distribuída, por meio da liderança dos professores e das comunidades de aprendizagem profissional.

Palavras-chave: Liderança Escolar; Liderança Centrada Na Aprendizagem; Melhoria Escolar; Resultados Escolares.

ABSTRACT

The literature on school effectiveness and improvement highlighted the critical role played by the principal in organizing good pedagogical practices in schools and in increasing learning outcomes. Current research is reviewed on how educational leadership is an important factor in improving results. The study seeks to understand whether the principals were able to influence the improvement of teaching practice; the directions of current research and educational policies now improve pedagogical leadership. Learning management needs to go beyond the leadership of the school principal, expand and advance towards a distributed perspective, through the leadership of teachers and professional learning communities.

Keywords: School Leadership; Leadership Centered on Learning; School Improvement; School Results.

¹⁴ Doutorando em Ciências Ambientais/UFMS.

1. INTRODUÇÃO

O artigo defende a tese de que a melhoria da educação, entre outros fatores, passa por mudanças no modelo de gestão dos estabelecimentos de ensino. O modelo administrativo-burocrático de gestão escolar, apresenta sérios déficits para influenciar a melhoria dos resultados de seu estabelecimento. Nesse sentido, a liderança pedagógica ou instrucional dos contextos pode ser extremamente útil para aprimorar essa melhoria, como mostra a literatura e as experiências revisadas neste trabalho. Se a escola como instituição é a unidade básica de análise para melhoria educacional, a equipe gerencial deve ser a principal responsável pelo aumento do aprendizado dos alunos (PRINTY, 2010).

Nesse contexto, é conveniente considerar quais são as tarefas e responsabilidades que os diretores dos centros educacionais devem ter e, segundo eles, promover a mudanças oportunas na estrutura organizacional dos estabelecimentos de ensino. Esse tipo de abordagem e discussão não pode mais ser feito independentemente de como o problema está situado no nível internacional. Em particular, saber que a liderança pedagógica dos gestores é um fator crítico de primeira ordem na melhoria da educação. Por esse motivo, neste trabalho, passaremos entre uma revisão das principais linhas de ação da literatura atual e a reflexão desejável nas diretrizes legislativas. Em suma, o grande obstáculo é a cultura escolar estabelecida (GARAY E URIBE, 2006).

A mudança no século XXI é criar escolas que garantam sucesso educacional para todos os alunos de todos os lugares, ou seja, uma boa educação (DARLING-HAMMOND, 2001). Os centros educacionais devem garantir a todos os alunos o aprendizado essencial e a administração da escola para possibilitar isso, concentrando seus esforços nesse objetivo. Autonomia, suporte e recursos suplementares devem ser postos ao seu serviço. Acontece que, assim como, quando a direção é limitada a uma mera gestão administrativa, as responsabilidades sobre a aprendizagem dos alunos são diluídas; quando abordada a partir de uma liderança de aprendizado, essa responsabilidade é

central. Portanto, uma próxima agenda para melhorar o exercício da gerência é entendê-la como "liderança para a aprendizagem".

A capacidade de melhorar uma escola depende, de maneira relevante, de equipes de gerenciamento com liderança que contribuam para energizar, apoiar e incentivá-las a aprender a se desenvolver, ajudando a construir a capacidade interna de melhoria. Assim, Barber e Mourshed (2007) colocam a liderança educacional como o segundo fator que tem maior relevância nas realizações de aprendizagem, após a ação professor de sua equipe de professores. Nesse sentido, como argumentamos neste trabalho, um assunto pendente é o modelo atual de gestão escolar, que impede o exercício da liderança pedagógica (WEINSTEIN, 2009; BOLÍVAR, 2006).

Portanto, é necessária uma quebra dos poderes e competências dos gestores, de maneira a aumentar sua incidência na melhoria da aprendizagem dos respectivos estabelecimentos de ensino. Recorrer ao que a pesquisa internacional mostra que pode contribuir decisivamente para apontar formas de atuação nessa área estratégica.

2. DA LIDERANÇA BUROCRÁTICA À LIDERANÇA EDUCACIONAL

Limitar-se à administração burocrática das escolas, nas condições atuais, está se tornando cada vez mais insuficiente. Se, como primeira responsabilidade do estabelecimento educacional, é necessário garantir o sucesso educacional de todos os seus alunos, isso não pode ser inteiramente a critério do que cada professor, com mais ou menos sorte, faz em sua sala de aula. Portanto, a liderança da escola deve inevitavelmente entrar na melhoria do ensino e aprendizagem oferecidos pelo estabelecimento educacional. É um ponto, sem dúvida, conflituoso, mas na literatura e nas experiências internacionais, cada vez mais claro: se os professores são essenciais para a melhoria, os diretores devem criar o

clima certo para os professores melhorarem, monitorando resultados e encorajando progresso (BOLAM, STOLL, THOMAS E WALLACE, 2005).

Em vez dessa gestão meramente burocrática, como também ocorre em outras organizações não educacionais, estão sendo exigidas organizações escolares mais flexíveis, capazes de se adaptar a contextos sociais complexos. Por esse motivo, como analisamos em outros escritos conforme aponta Bolívar (2000, p. 65), “organizações com futuro são aquelas que têm capacidade de aprender a desenvolver e enfrentar mudanças”. Para conseguir isso, eles precisam, entre outros, de autonomia que lhes permita lançar seus próprios projetos e aprender com a experiência. Ao mesmo tempo, aprimore a capacidade local de cada estabelecimento para melhorar, fornecendo os recursos necessários e promovendo um compromisso com a melhoria. Tudo isso não será possível se as escolas não forem redesenhadas ou reestruturadas para se tornarem organizações genuínas de aprendizagem, não apenas para os alunos, mas para os próprios professores. Como Stoll e Temperley (2009) dizem:

[...] Os líderes das escolas só podem influenciar os resultados dos alunos se tiverem autonomia suficiente para tomar decisões importantes sobre o currículo e a seleção e treinamento de professores; além disso, suas principais áreas de responsabilidade devem se concentrar na melhoria da aprendizagem dos alunos. Os países estão cada vez mais optando pela tomada de decisões descentralizada e equilibrando-a com maior centralização dos regimes de responsabilização, como testes padronizados (STOLL E TEMPERLEY, 2009, p. 13).

Paralelamente à crise de modelos verticais, burocráticos e baseados em controle, a confiança nas mudanças planejadas externamente para melhorar a educação foi perdida, como mostra o "fracasso" de reformas sucessivas. Agora estamos mais confiantes em mobilizar a capacidade interna de mudança (de escolas como organizações, de indivíduos e grupos) para regenerar internamente a melhoria da educação. O objetivo é favorecer o surgimento de dinâmicas laterais e autônomas de mudança, que possam devolver o protagonismo aos agentes e - por isso mesmo - ter maior grau de sustentabilidade. Assim, as mudanças devem ser iniciadas internamente a partir de dentro, melhor

coletivamente, induzindo os envolvidos a procurar seus próprios objetivos de desenvolvimento e melhoria, como foi demonstrado pelas experiências atuais e pela literatura sobre “comunidades de aprendizagem profissional”. Nesse contexto, a liderança - não restrita à equipe de gerenciamento, mas compartilhada ou distribuída - ocupa um lugar privilegiado (HARRIS, 2008).

Nesta situação, podemos considerar o que o gestor faz ou pode fazer para melhorar o trabalho de ensino dos professores em sala de aula e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. Certamente, é necessário passar de um modelo “transacional”, no qual os colegas escolhem - de acordo com seus interesses, às vezes corporativos - para o diretor, para um modelo “transformador”. A dependência dos eleitores, como na política, torna vulnerável a possibilidade de ir além em um sentido proativo e transformador. Romper esses vínculos de dependência como coloca Fullan (1998), juntamente com outros regulamentos externos, é necessário para uma mudança educacional.

Entendemos por “liderança”, fundamentalmente, a capacidade de exercer influência sobre outras pessoas, para que elas possam tomar as linhas propostas como premissa para sua ação. Essa influência, não baseada no poder ou autoridade formal, pode ser exercida em diferentes dimensões, especialmente no nível organizacional, quando uma liderança consegue alcançar consenso e mobilizar a organização em torno de objetivos comuns (HARRIS E HOPKINS, 2006). Quando esses esforços visam melhorar a aprendizagem dos alunos, falamos de *liderança educacional* ou *pedagógica*. Nesse sentido, certas rotinas administrativas associadas à direção da organização não fazem parte da liderança pedagógica. Embora, sendo realista, nas condições atuais, em muitos casos, seja necessário garantir a gestão e o funcionamento da organização, exercer liderança significa ir além, induzindo o grupo a trabalhar em determinados objetivos pedagógicos apropriados.

Carbone (2008) sobre a situação da liderança escolar, na qual é mantida a hipótese de que essa liderança é transmitida por meio de dispositivos de gestão,

como forma de impactar a aprendizagem dos alunos. No entanto, é verdade que a sobrecarga de atividades burocráticas-administrativas impede o exercício da liderança pedagógica.

Weinstein (2009) fala que de acordo com a percepção dos professores e diretores, obtém a pontuação mais baixa em liderança pedagógica e também em liderança administrativa, bem abaixo da média. Como ambas as dimensões (gestão e liderança) são compatíveis, também é verdade que atender à primeira pode limitar o desenvolvimento da segunda. Como diz Barber e Mourshed (2007), papéis, expectativas e incentivos precisam ser estruturados para garantir que os diretores se concentram mais na liderança instrucional do que na administração do estabelecimento. Isso contrasta com os sistemas educacionais nos quais muitos diretores passam a maior parte do tempo em tarefas que não estão diretamente relacionadas à melhoria do ensino em suas escolas, limitando assim as habilidades para fazer melhorias concretas nos resultados dos alunos.

Tudo isso contribuiu para o fato de a gestão pedagógica dos centros educacionais estar se tornando, nos níveis internacional e nacional, um fator de primeira ordem na melhoria da educação, bem como uma prioridade nas agendas das políticas educacionais. Vários relatórios internacionais mostram isso.

A liderança escolar tornou-se uma prioridade dos programas de política educacional em nível internacional. Ela desempenha um papel decisivo na melhoria dos resultados escolares, influenciando as motivações e habilidades dos professores, bem como o ambiente escolar. Uma liderança escolar eficaz é essencial para aumentar a eficiência e a equidade da educação. [...] Os responsáveis pela política educacional precisam melhorar a qualidade da liderança da escola e torná-la viável (PONT, NUSCHE e MOORMAN, 2008, pp. 9-19).

2.1. Liderança focada na aprendizagem

A próxima agenda para melhorar a prática de gestão de acordo com as diretrizes mais fortes na literatura (DIA, SAMMONS E HOPKINS 2009; MACBEATH E NEMPSTER, 2009), a liderança é focada em aprendizagem; isto é, vincular liderança à aprendizagem do aluno. Uma liderança para a aprendizagem toma como núcleo de sua ação a qualidade do ensino oferecido e os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos. A questão prioritária é, portanto, quais práticas de gestão escolar criam um contexto para um melhor trabalho dos professores e, em conjunto, para todo o estabelecimento educacional, impactando positivamente a melhoria da aprendizagem dos alunos (WEINSTEIN *et al.*, 2009). Para conseguir isso, entre outros, não é mais um papel reservado ao diretor, sendo essa missão compartilhada por outros membros da equipe de ensino.

Nesse sentido, diz Elmore (2000, p. 25), que “a melhoria é mais uma qualidade da organização, não um caráter preexistente dos indivíduos que nela trabalham”; por esse motivo, a liderança deve ser concebida como algo separado da pessoa e do papel que ela pode desempenhar em um determinado momento. A liderança está na escola e não na pessoa do diretor; que você precisa criar sua própria capacidade de liderança. As dimensões transformacionais da liderança (redesenhar a organização), juntamente com a liderança instrucional ou educacional (melhoria da educação oferecida), nos últimos anos convergiram para a liderança focada na aprendizagem (dos alunos, professores e a própria escola como organização). Mais especificamente, é entendida como liderança focada em ou para aprender (*liderança para a aprendizagem*), essa perspectiva não é apenas outro modelo que desfilou em torno da liderança, mas expressa, no contexto escolar, a dimensão essencial da liderança, cuja relação causal é encontrada em várias investigações (SWAFFIELD E MACBEATH, 2009).

Liderança para a aprendizagem envolve pelo menos cinco princípios na prática (MACBEATH, SWAFFIELD e FROST, 2009): focar na aprendizagem

como uma atividade, criar condições favoráveis para a aprendizagem, promover um diálogo sobre liderança e aprender, compartilhar liderança, uma responsabilidade comum pelos resultados. Criar uma cultura focada na aprendizagem dos alunos requer: promover a cooperação e a coesão entre os professores, um senso de trabalho bem-feito, desenvolver entendimentos e visões do que você deseja alcançar.

Segundo Pont *et al.* (2008, p. 44), o aprimoramento da liderança escolar passa por quatro linhas principais de ação:

[...] (re) define responsabilidades; distribuir liderança escolar; adquirir as habilidades necessárias para exercer uma liderança eficaz; e fazer da liderança uma profissão atraente. Este relatório aponta que as responsabilidades da liderança escolar devem ser redefinidas para melhor aprendizado dos alunos, reconhecendo que "aprender liderança é o caráter fundamental da liderança escolar (PONT *et al.* 2008, p. 10).

Uma das tarefas centrais da gestão escolar, até agora entendida como distante de sua competência, é contribuir para melhorar as práticas de ensino e o desempenho profissional dos professores, com o objetivo final de aumentar a aprendizagem dos alunos, ou seja, "liderança focada apoiar, avaliar e desenvolver a qualidade do ensino é amplamente reconhecido como um componente essencial da liderança eficaz" (PONT *et al.*, 2008, p. 44).

As práticas de liderança mudaram dramaticamente nas últimas duas décadas, particularmente em contextos de políticas educacionais nas quais as escolas têm maior autonomia e, paralelamente, maior responsabilidade pelos resultados da escola (STOLL E TEMPERLEY, 2009). À medida que a melhoria se torna mais dependente de cada estabelecimento educacional e isso, com níveis mais altos de autonomia, deve levar em conta os resultados obtidos, a liderança educacional das equipes de gestão se torna mais relevante.

Embora as formas e usos da avaliação dos estabelecimentos escolares com base no desempenho de seus alunos possam ser discutíveis, a verdade é que

eles estão afetando seriamente a gestão escolar (ELMORE, 2005). Por isso, uma liderança para a aprendizagem toma como núcleo de sua ação a qualidade do ensino oferecido e os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos. De fato, além de resolver os problemas de gerenciamento do dia a dia, as equipes de gerenciamento já estão desenvolvendo novas práticas alinhadas às demandas atuais.

Apesar da importância, destacada acima, da liderança na melhoria do ensino, não queremos cair em fatores causais atribuíveis que não lhe pertencem. Nesse sentido, como diz Elmore (2000), é necessário desarticular a liderança; isto é, pare de projetar nele quais devem ser boas qualidades para a operação da organização; e em vez disso, advogar pela liderança distribuída entre todos os membros (HARRIS, 2008), o que ajuda a formar a equipe na melhoria. Liderança - como proclamam propostas ingênuas, num salto para o vazio não é a solução para todos os problemas, mas parte dele.

Paralelamente, é necessário colocar o foco da atenção, por um lado, no aprimoramento da liderança dos professores (LIEBERMAN & MILLER, 2004); de outro, escolas como comunidades efetivas de aprendizagem profissional (STOLL E LOUIS, 2007). Trata-se de gerar uma cultura escolar robusta, com o envolvimento de todos os agentes (incluindo a família e a comunidade), em um processo que Kruse e Louis (2008) chamam de “intensificação da liderança”. Sem criar um senso de comunidade que valorize o aprendizado, a liderança pode percorrer um longo caminho.

2.2. O impacto da liderança na melhoria da aprendizagem: efeitos e práticas

A literatura atual, derivada de estudos sobre eficiência e melhoria escolar, destacou o papel desempenhado pela liderança pedagógica na organização de boas práticas educacionais nas escolas e na contribuição para o aumento dos resultados da aprendizagem. O “efeito diretor” é, normalmente, um efeito indireto: não é ele quem trabalha nas salas de aula, mas ele pode contribuir

para a construção das condições para trabalhar bem nelas. Sem dúvida, a eficácia de um professor em sala de aula é uma função de suas habilidades, motivações e comprometimento, e das características do contexto em que ele trabalha e do ambiente externo (social e político).

Porém, a criação de um ambiente de trabalho e condições que, por sua vez, favorecem o bom trabalho em sala de aula é algo que depende das equipes de gerenciamento. Portanto, embora outros fatores e variáveis tenham impacto, o papel da equipe gerencial se torna um “catalisador” na melhoria dos centros educacionais, especialmente na promoção e gestão do ensino. Por esse motivo, não há projeto dinâmico ou de melhoria em um centro que não esteja atrás da equipe de gerenciamento, mesmo que não seja o protagonista direto.

No nível da pesquisa, a literatura atual, derivada de estudos sobre efetividade e melhoria da escola, destacou o papel que a liderança educacional desempenha na organização de boas práticas educacionais nas escolas e na contribuição para o aumento dos resultados de aprendizagem (WEINSTEIN *et al.*, 2009).

A pesquisa é consistente sobre os efeitos da liderança na melhoria dos resultados, embora esses efeitos sejam mediados pelas práticas de ensino em sala de aula (WATERS MARZANO E MCNULTY, 2003; LEITHWOOD E JANTZI, 2008; LEITHWOOD, LOUIS, ANDERSON E WAHLSTROM.2004; ROBINSON, 2007). Esses pesquisadores concluem que, dentre todos os fatores internos da escola, após o trabalho dos professores em sala de aula, a liderança é o segundo fator que contribui para o que os alunos aprendem na escola, explicando cerca de 25% dos alunos. todos os efeitos da escola.

Os líderes geralmente contribuem para a aprendizagem dos alunos indiretamente, através de sua influência sobre outras pessoas ou características de sua organização. Seu sucesso depende muito de suas decisões sobre onde

gastar tempo, cuidados e apoio. Em uma investigação realizada por Sergio Garay (2008), a liderança explica 11% da variação na eficácia da escola, devido às diferentes configurações e competências que possui. Em paralelo, revisões de pesquisas produzidas nas últimas décadas (HALLINGER E HECK, 1998; MARZANO, WATERS E MCNULTY 2005) apontam que as equipes de gerenciamento podem fazer uma diferença crítica na qualidade das escolas e na educação dos alunos. Além disso, a qualidade dos próprios professores pode ser aprimorada, por sua vez, pela ação dos próprios líderes nesse campo. Como confirma Pont *et al.* (2008, p. 34) a partir da análise das investigações:

Os líderes das escolas exercem uma influência mensurável, principalmente indireta, sobre os resultados da aprendizagem. Isso significa que o impacto dos líderes escolares na aprendizagem dos alunos é geralmente mediado por outras pessoas, eventos e fatores organizacionais, como professores, práticas em sala de aula e ambiente escolar (PONT *et al.*, 2008, p. 34).

Essas análises mostram os efeitos de que certos modos de exercer liderança são ainda maiores em escolas localizadas em contextos vulneráveis e de pobreza, onde uma boa liderança educacional pode contribuir decisivamente para aumentar suas taxas de melhoria.

Portanto, embora fatores externos (sociofamiliares, econômicos ou culturais) sejam fatores determinantes, eles não determinam o que a escola pode fazer. Essas investigações exploram as relações diretas e indiretas estatisticamente significativas entre as ações dos líderes e os resultados dos alunos. Do mesmo modo, as intervenções na aprendizagem profissional dos professores que têm um impacto positivo na aprendizagem dos alunos e o papel desempenhado pelos líderes na criação das condições certas para que isso ocorra. Os líderes geralmente contribuem para a aprendizagem dos alunos indiretamente, através de sua influência sobre outras pessoas ou características de sua organização. Seu sucesso depende muito de suas decisões sobre onde gastar tempo, cuidados e apoio.

Pont *et al.* (2008, p. 44) identificaram, de acordo com a revisão mencionada, cinco dimensões que têm um impacto significativo (medido de 0 a 1) na aprendizagem do aluno: Seu sucesso depende muito de suas decisões sobre onde gastar tempo, cuidados e apoio. Os pesquisadores identificaram, de acordo com a revisão mencionada, cinco dimensões que têm um impacto significativo na aprendizagem do aluno: Seu sucesso depende muito de suas decisões sobre onde gastar tempo, cuidados e apoio. Os pesquisadores identificaram, de acordo com a revisão mencionada, cinco dimensões que têm um impacto significativo na aprendizagem do aluno:

1. Promover e participar do aprendizado e desenvolvimento profissional de seus professores;
2. Planejar, coordenar e avaliar o ensino e o currículo;
3. Estabeleça metas e expectativas;
4. Uso estratégico de recursos;
5. Garanta um ambiente de suporte ordenado (0,27)

Em uma extensa investigação, da qual participaram renomados pesquisadores como Day, *et al.*, (2009), sobre o impacto da liderança nos resultados dos alunos, entende que (comportamento cognitivo, afetivo, social) dependem, antes de tudo, como variável mediadora, das condições do trabalho docente, cujo impacto na aprendizagem será moderado por outras variáveis, como o capital cultural da família ou o contexto organizacional. Ambos podem ser influenciados por aqueles que exercem papéis de liderança, produzindo melhorias no aprendizado dos alunos. Em particular, como descrito mais adiante, como você pode intervir na cultura profissional de ensino, na formação contínua ou nas condições de trabalho dos professores de maneira a favorecer os objetivos desejados.

Portanto, os líderes escolares bem-sucedidos melhoram o ensino e a aprendizagem e, portanto, indiretamente, os resultados dos alunos,

principalmente por sua influência na motivação, no envolvimento, nas práticas de ensino e na equipe. desenvolver as capacidades de liderança dos professores. Os efeitos bem-sucedidos da liderança no aprendizado dos alunos dependerão muito das práticas desenvolvidas, se a liderança é distribuída ou compartilhada, bem como das suas decisões sobre em quais dimensões da escola deve gastar tempo e atenção.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O papel significativo aos gerentes, não sendo considerado um ator-chave para o sucesso das mudanças. É necessário um colapso, em várias dimensões, tornando este estabelecimento um catalisador para a mudança nas escolas. Na revisão crítica e seus resultados, a melhoria do ensino em sala de aula, exige novas formas de exercer a gestão dos estabelecimentos. Vamos profissionais com um papel tão decisivo nos resultados escolares. Vamos apontar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, o objetivo prioritário das políticas educacionais no século XXI é garantir a todos os alunos a aprendizagem essencial que lhes permita, sem risco de exclusão, integrar e participar ativamente da vida pública. A liderança no ensino é, sem dúvida, tornar isso possível. Portanto, precisamos das melhores equipes de gerenciamento que possam exercer liderança educacional. É necessário formação inicial e em serviço adequado. Os líderes escolares precisam de formação específica para responder a papéis e responsabilidades crescentes, particularmente em estratégias para melhorar os resultados da escola.

Daí a necessidade da liderança que incentive, de maneira “transformadora”, o desenvolvimento da escola como organização. A habilitação da liderança educacional (pedagógica ou instrucional) exige, portanto, mudanças na atual estrutura organizacional. ação da liderança educacional deve visar a criação de contextos para o aprendizado e estruturas escolares estabelecidas, em

vez de favorecer valores idiossincráticos isolados e aprendizado individualista, são necessárias mudanças transformacionais, no nível organizacional, que permitam as ações desejadas. Uma liderança transformadora, tem como objetivos fundamentais: estimular e desenvolver um clima de colegialidade, contribuir para o desenvolvimento profissional de seus professores e aumentar a capacidade da escola em resolver seus problemas.

Por sua vez, essa liderança não está ligada a ocupar uma posição formal no topo da pirâmide, mas a iniciativa e a influência são distribuídas entre todos os membros (liderança distribuída) da escola. Atribuir a uma pessoa a iniciativa de mudança, impedindo a liderança de outras pessoas, impediria a organização de aprender. Nas “organizações de aprendizagem”, destaca-se a necessidade de distribuir ou dispersar as tarefas dinâmicas entre os professores como um todo. Afinal, a capacidade de mudança de uma escola dependerá não de um pico, mas do fato de a liderança da administração ser diluída, de modo que, como uma qualidade da organização, gere a liderança múltipla dos membros e grupos, sendo, portanto, algo compartilhado. Se queremos que os professores assumam um papel mais profissional, com papéis de liderança em suas respectivas áreas e esferas, eles devem assumir direção e autoridade em suas respectivas esferas. Por outro lado, configure as escolas como comunidades de aprendizado profissional que podem possibilitar o aprendizado por meio de trabalho conjunto.

REFERÊNCIAS

BARBER, M. e Mourshed, M. **Como os sistemas educacionais tiveram desempenho com melhor desempenho para atingir seus objetivos**, 2007.

BOLÍVAR, A. **Escolas como organizações de aprendizagem**. Madri: o muro, 2000.

BOLÍVAR, A. **Para liderança educacional e liderança escolar na Espanha**: Insira uma necessidade e (im) possibilidade. *Administração Educacional*, 6, 76-93, 2006.

BOLÍVAR, A. **Autonomia na gestão como um novo modo de regulação**. *Blank Spaces*, 19, 35-68, 2009.

CARBONE, R. (2008). **Situação da liderança educacional no Chile**. Santiago: Ministério da Educação, Universidade Alberto Hurtado, 2008.

ELMORE, RE. **Construindo uma nova estrutura para a liderança da escola**. Washington, 2000.

ELMORE, RF, **Liderança responsável**. The Educational Forum, 69 (2), 134-142, 2005.

ESCUADERO, J.M. (2009). **Ensinar comunidades de aprendizagem, formação de professores e melhoria da educação**. *Ágora para Educação Física e Esporte*, 10, 7-31, 2009.

FULLAN, M. (1998). **Rompendo os laços de dependência**. *Liderança educacional*, 55 (7), 6-10, 1998.

HALLINGER, P. e Heck, RH (1998). **Explorando a principal contribuição para a eficácia da escola: 1980-1995**. *Eficácia escolar e melhoria escolar*, 9 (2), 157-191, 1998.

HARRIS, A. **Liderança distribuída nas escolas: desenvolvendo os líderes de amanhã**. Londres: Routledge e Falmer Press, 2008.

LEITHWOOD, K. **Como liderar nossas escolas? Contribuições da investigação**. Santiago do Chile: Fundação Chile, 2009.

PONT, B., D. Nusche e Moorman, H. **Melhorar a liderança da escola**. Paris, OCDE, 2008.

PRINTY, S. (2010). **Influência do diretor na qualidade instrucional: insights das escolas dos EUA**. *Liderança e Gestão Escolar*, 30 (2), 111-126, 2010.

ROBINSON, VMJ (2007). **Liderança escolar e resultados dos alunos: Identificando o que funciona e por quê**. Austrália: Conselho Australiano de Líderes Educacionais.

WEINSTEIN, J. e Muñoz, G. **A reforma educacional no ponto de ruptura**. Em C. Bascuñan, (Ed.), *Mais aqui dos sonhos, além do que é possível. A Concertación no Chile* (299-341). Santiago: LOM, 2009.